



Anais da Assembléia

Nº 11

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP – 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT – 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB – 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL – 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT – 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB – 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR – 02:** João T. Filho - César A. Seleme. **PSC – 01:** Josélito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 1995
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Tetchy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, Geraldo Cartario, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Neivo Beraldin, Elio Rusch, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Renato Adur e Sérgio Spada (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 024/95

Curitiba, 08.03.95

Senhor Presidente.

Este tem a finalidade de justificar nossa ausência na Sessão do dia de hoje.

Estaremos na reunião de instalação do Conselho Estadual de Saúde, que se realizará em horário concomitante com o da Sessão desta Casa de Leis, no auditório da Secretaria de Estado da Saúde.

Sendo o que se apresenta, aproveitamos para renovar protestos de estima e consi-

deração.

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) DOUTOR ROSINHA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões, do item 01, constante da Ordem do Dia de hoje, discussão única da Proposição nº 127/94; veto apostado ao Projeto de Lei nº 257/94, de autoria deste Parlamentar que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos culturais e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 275

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, seja designada data para realização de Sessão Solene para outorga de Título de Cidadã Benemérita do Paraná à Exma. Sra. Esther Essenfelder Cunha Mello, de acordo com a Lei nº 11.061, de 1º de fevereiro de 1995.

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após a anuência do Plenário, seja formada uma Comissão de 3 Deputados para visitar a Usina Termo-Elétrica que a COPEL mantém no município de Figueira e que estaria para ser desativada. Além da visita, os Parlamentares deverão debater com autoridades de Figueira, da região e com a própria Diretoria da COPEL as razões do fechamento da Usina e suas conseqüências no campo social, pois, de acordo com as primeiras informações, cerca de mil trabalhadores poderão ficar desempregados.

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 281

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Leonardo Faucz, ocorrido no dia de ontem, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se à família enlutada (R. Hildebrando Cordeiro, 53, Campinha do Siqueira, Curitiba-PR, CEP

80.740-350).

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

Patriarca de tradicional família curitibana, instalada nos bairros Campina do Siqueira e Bigorrião, o Sr. Leonardo Faucz faleceu, ontem, aos 96 anos de idade.

Pessoa muito querida em nossa sociedade, onde se destacou no comércio. O Sr. Leonardo deixou viúva Dona Eva Faucz, as filhas Truda, Júlia e Izolde, além de 8 netos, 15 bisnetos e 1 tataraneto. Seu passamento entristeceu os curitibanos, principalmente aqueles que tiveram o privilégio de partilhar de sua amizade e aprender com seus exemplos de trabalho, vida familiar e social.

REQUERIMENTO Nº 262

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao advogado trabalhista Jorge Manne, que junto com outros dois profissionais da área, acabam de instalar em nossa Capital um firma especializada em mediação e arbitragem, denominada CONCILIARE:

Este Advogado é conceituado na classe, tem grande popularidade na comunidade, com passado de muita dedicação à causa do bom relacionamento entre capital e trabalho e certamente terá todo sucesso neste novo empreendimento! Seus mais de 30 anos de vida dedicados à causa trabalhista haverão de propiciar grande ajuda na mediação, na intermediação, na arbitragem de assuntos entre patrões e empregados! Desejamos todos os votos de grande êxito!

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 264

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Anais dos Trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à nova Diretoria do Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana no Estado do Paraná, presidida pelo conceituado empresário e líder classista José Canisso, triênio 1995/98.

Trata-se de uma importante entidade patronal do nosso Estado, com marcante atuação no seu meio e cujos integrantes representam forte segmento produtivo da massa econômica do Paraná. Desejamos sucesso, muitas realizações e reiteramos

nossos votos de parabéns, na figura de seu presidente e demais membros da nova Diretoria!

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja registrado nesta Casa de Leis, os votos de congratulações, a todas as mulheres do nosso Estado, do nosso País e de todo o mundo, pelas comemorações, neste dia 08 de março ao Dia Internacional da Mulher.

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O Dia Internacional da Mulher teve origem no dia 08 de março de 1857, em Nova Iorque (EUA), quando houve um massacre de 129 operárias americanas, queimadas vivas em uma fábrica por participar de uma greve por melhores condições de trabalho. Elas reivindicavam a redução da jornada de trabalho de 16 para 10 horas, além de melhores salários. Os patrões não cederam e resolveram trancar os portões e atear fogo na fábrica.

Durante a Conferência Internacional da Mulher realizada em 1910, nos EUA, a militante alemã Clara Zetkin propôs que em todo o dia 8 de março se realizasse uma Jornada Internacional das Mulheres pelo direito ao voto. A partir de então, a data se estendeu por todo o mundo como o "Dia Internacional da Mulher", um dia de reflexão sobre as condições de vida e sobre os direitos das mulheres na sociedade.

A trajetória da participação sócio-política das mulheres na América Latina e no Brasil tem origem na luta pelo direito à instrução e na adesão às campanhas abolicionistas do século passado. Mais tarde, em 17, as trabalhadoras brasileiras deram início a uma greve, exigindo a redução da jornada de trabalho e salários mais justos, que acabou se transformando em greve geral.

Em 1975, começa a comemoração do 8 de março no Brasil, com atos de massa dos movimentos femininos. As mulheres entram em campanhas pela anistia política, pela liberdade democrática, planejamento familiar, por melhores trabalhos, por saúde e contra a violência.

É tempo, pois, de reflexão sobre a grande aventura da mulher e do homem sobre a Terra que tem início numa mãe anônima - Eva - e prossegue num infundável trabalho silencioso e incompreendido em sua verdadeira dimensão.

Não há que se falar jamais em guerra

dos sexos. Há que se estabelecer o contraditório para que possamos avançar. Homens e Mulheres, Deus nos fez à sua imagem e semelhança. E dignidade é um patrimônio dos humanos, em ambos os sexos.

Mulheres e Homens, eis-nos na tarefa de abrir fronteiras, expandir horizontes, alargar consciências, para que exerçamos a plenitude da nossa dignidade e da nossa cidadania.

Desta forma, quem sabe, atenua-se o vale de lágrimas das excluídas da nossa história.

REQUERIMENTO N° 266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações pelo Dia Internacional da Mulher.

Do aprovado, REQUER, ainda, seja comunicado as Excelentíssimas Senhoras Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado; Fani Lerner, Secretária da Criança e Assuntos da Família; Elmida Panazzolo, Prefeita Municipal de Ivatê; Dayse Meyre Jardim, Prefeita Municipal de Vila Alta e Ada Mafalda Benassi da Silveira, Prefeita Municipal de Guaíra.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A emancipação feminina - a concretização da plena igualdade entre os sexos - percorreu o mundo de Leste a Oeste, e a mulher provou sua capacidade de exercer profissões, negócios e artes em igualdade de condições com o homem.

Homens e mulheres não são iguais; eles tem funções diferentes. Mas essas funções são complementares e devem ser exercidas em condições iguais, para que haja um resultado perfeito.

A nossa homenagem a todas as mulheres, mães, esposas, amigas, confidentes, profissionais, que conquistaram esta data no calendário mundial pelo seu papel de mulher, sua luta incansável contra o preconceito, os excessos aos quais foram levadas pela súbita e rápida emancipação, suas tentativas de adquirir igualdade através do sacrifício da feminilidade ou excedendo os homens em atividades masculinas.

REQUERIMENTO N° 271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa voto de congratulações às mulheres paranaenses pelo transcurso hoje do Dia Internacional da Mulher.

Curitiba, quarta, em 08.03.95

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, por si só se justifica, pelas lutas e pelo trabalho da mulher junto à sociedade de público e notório conhecimento.

REQUERIMENTO N° 270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja anexado ao requerimento que solicitou a criação e instalação do Bloco Parlamentar Municipalista, conforme solicitação desta Presidência; o Bloco será composto de:

15 (quinze) Deputados titulares e

15 (quinze) Deputados suplentes.

Os Parlamentares deverão ser indicados pelas lideranças de seus Partidos, proporcionalmente às suas representações nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 200

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem e no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, requerem a criação e constituição de Bloco Parlamentar Municipalista no âmbito desta Casa, com a finalidade de promover estudos, debates e acompanhamento das políticas setoriais e globais do interesse do desenvolvimento sistêmico e orgânico das comunidades locais, municípios e do Estado do Paraná bem com desenvolver outras atividades correlatas.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) TOTI COLAÇO

LUIZ CARLOS ZUK

Apoio: Nereu Alves de Moura, José Maria Ferreira, Nelson Tureck, Renato Adur, Irondy Pugliesi, Orlando Pessuti, Eduardo Lacerda Trevisan, Rossoni, José Tavares, Duílio Genari, João Techy Filho, Caíto Quintana, Algaci Túlio, Edno Guimarães, Albanor Gomes, Geraldo Cartário, Sâmis da Silva, Elio Rusch, Reny Borsatto e Edson Silva Lino.

REQUERIMENTO N° 257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Hermas Brandão - Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura solicitando medidas que possibilitem a reativação do Programa de Inseminação Artifi-

cial, para a região noroeste do Paraná, desativado desde o início do ano, prejudicando sensivelmente a continuidade do desenvolvimento da pecuária da região, uma vez que retira dos pequenos criadores, a capacidade de melhoria de qualidade genética do rebanho, inviabilizando o progresso da atividade leiteira, que muito depende desse subsídio.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Luiz Lazaro Sorvos - Digníssimo Presidente da Associação dos Municípios de Entre Rios - "AMERIOS" - 11.^a Microrregião - Rua Des. Munhoz de Mello, 5.400 - Umuarama/PR. CEP: 87501-180.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde - Doutor Armando Raggio, solicitando destinação de recursos financeiros para conclusão do Hospital Municipal do Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Vem o presente requerimento, atender reivindicação da Câmara Municipal de Luiziana, através do nobre edil José Angelo Tadeu Borsato.

A população do Município de Luiziana não pode ficar privada de um Hospital Municipal, haja vista que é grande o número de pessoas que são levadas diariamente para Campo Mourão, necessitadas de atendimento médico.

Assim sendo, esse Parlamentar espera medidas que visem solucionar esse gravíssimo problema que atinge a comunidade de Luiziana.

REQUERIMENTO N° 259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Esporte e Turismo, Silvio Magalhães Barros II, solicitando a elaboração de um plano para a preservação do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, do Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O parque referenciado constitui uma das maiores atrações turísticas do Estado e da região de Campo Mourão. O parque possui lago, área de lazer, um museu, sítio

arqueológico, com vestígios da colonização espanhola no início do século XVI. Hoje, o Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, não possui estrutura para atender inúmeros turistas das mais variadas e diversas regiões do Estado e do País, necessitando de investimentos para a sua preservação e para exploração correta do seu potencial turístico, histórico-cultural e ecológico.

REQUERIMENTO N° 260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Esporte e Turismo, Silvio Magalhães Barros II, solicitando a adoção das providências adiante especificadas para os Municípios de Campo Mourão, Luiziana e Mamborê.

1. Construção de quadra poliesportiva coberta nos Colégios Marechal Rondon, João de Oliveira Gomes, Vinícius de Moraes e Dom Bosco do Município de Campo Mourão;

2. Construção de quadra poliesportiva coberta no Colégio Adauto da Silva Rocha do Município de Luiziana;

3. Construção de quadra poliesportiva coberta nos Colégios São Luiz, Rui Barbosa e João XXIII do Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A gravidade da crise social vivenciada pelo povo brasileiro, em muito tem contribuído para o aumento dos índices de marginalização das classes mais carentes. A impossibilização das classes mais carentes. A impossibilidade de acesso ao estudo, ao mercado de trabalho, impele-os quase que inconscientemente ao disvirtuamento e ao caminho tortuoso.

A juventude dos Municípios de Campo Mourão, Luiziana e Mamborê, tem tido poucas oportunidades para o desenvolvimento de suas aptidões no campo do desporto, com alternativas mínimas do campo do esporte e lazer e no desenvolvimento de seu estado físico.

A construção de quadras poliesportivas cobertas, propiciará à juventude dessas comunidades, o desenvolvimento de suas aptidões nas diversas modalidades esportivas, sob qualquer contingência climática.

REQUERIMENTO N° 263

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Campolarguense de Eletricidade - COCEL, no sentido de prestar esclarecimentos ao Sr.

Roberto de Oliveira, residente à Rua Luiz Fugiatto, nº 325 - Orleans, referente a luz solar que está sendo implantada em algumas regiões de Campo Largo. Ocorre que o requerente é proprietário de um terreno localizado nas proximidades da Fábrica de Chuveiros Lorenzetti e nesse local foi colocada a luz solar.

Porém ele afirma que ali não podem ser utilizados os aparelhos elétricos, causando-lhe uma certa preocupação, tendo em vista que ele pretende construir uma residência no terreno e devido ao problema exposto, necessita de orientação da COCEL sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Deni Schwartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do Município de Altônia ao Distrito de Porto Yara, no mesmo Município, numa extensão de 17 quilômetros.

Do aprovado, requer, ainda, seja comunicado aos Senhores Jonas Xavier Pinto, Prefeito Municipal de Altônia; Vereadores João Rota, Reinaldo Detoni e Anélio Detoni na Câmara Municipal de Altônia; e Deputado Federal Alexandre Ceranto na Câmara dos Deputados em Brasília.

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a precária conservação da atual estrada, que resulta em inúmeras dificuldades que se antepõem no setor de transporte de cargas, principalmente na época de comercialização da safra agrícola, torna-se imprescindível a melhoria do sistema viário no referido trecho, além do que, esta reivindicação é uma aspiração antiga da população de Altônia e região.

REQUERIMENTO Nº 268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Deni Schwartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga Jacaré à Lagoa Xambrê, numa extensão de 3 quilômetros, no Município de Altônia.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado aos Senhores Jonas Xavier Pinto, Prefeito Municipal de Altônia; Vereador João Rota; Vereador Reinaldo Detoni; Vereador

Anélio Detoni na Câmara Municipal de Altônia; e Deputado Federal Alexandre Ceranto na Câmara dos Deputados em Brasília.

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a precária conservação da atual estrada, que resulta em inúmeras dificuldades que se antepõem no setor de transporte de cargas, principalmente na época de comercialização da safra agrícola, torna-se imprescindível a melhoria do sistema viário no referido trecho, além do que, esta reivindicação é uma aspiração antiga da população de Altônia e região.

REQUERIMENTO Nº 272

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presentes subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado pedido de informações ao Exmo. Sr. Secretário Estadual da Cultura, Dr. Eduardo Rocha Virmond, no sentido do esclarecimento do montante repassado à Escola de Samba Unidos da Ponte, que desfilou no último carnaval (1º Grupo, no Rio de Janeiro) com o enredo baseado no Estado do Paraná, pelo Órgão da Administração Direta citado, conforme amplamente noticiado pela imprensa do Estado e do País. Requer, também, seja informado qual a motivação legal e os fundamentos de direito que motivaram o ato administrativo liberatório dos recursos que se buscam esclarecer, com base no art. 37 da Constituição Federal, combinado com o art. 27 da Constituição do Estado do Paraná, em entendimento, portanto, ao princípio da moralidade, da legalidade e da publicidade que vinculam a Administração Pública no Estado Democrático de Direito.

Sala das Sessões, em 08.03.95

(aa) ANGELO VANHONI,

EMERSON NERONE

e PERICLES DE MELLO.

REQUERIMENTO Nº 276

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais deste Poder o pronunciamento proferido pelo Capitão de Fragata José Aníbal Petraglia, por ocasião de sua posse na Superintendência da Administração dos Portos de Paranaguá a Antonina, APPA.

Que do teor do presente dê-se ciência ao homenageado, na APPA, em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Com 22 anos dedicados à Marinha do Brasil, o Capitão de Fragata José Aníbal Petraglia é, sem dúvida alguma, um homem

preparado para o exercício do importante cargo em que foi investido na Administração Pública paranaense.

Através do pronunciamento anexo, verifica-se a disposição do novo superintendente para reestruturar aquela empresa pública, torná-la "enxuta", como pré-requisito para aumento da produtividade no Estado.

Somos conhecedores da difícil situação em que se encontra o Porto de Paranaguá e, por essa razão, queremos, através do presente, formular ao novo superintendente da APPA votos de uma gestão profícua, repleta de realizações, e hipotecar integral apoio à sua disposição de revitalizar o órgão.

REQUERIMENTO N° 277

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, após ouvido o douto Plenário e na forma regimental, a transcrição nos Anais deste Poder, do pronunciamento proferido pelo Dr. Sérgio Marcos Prosdócimo, por ocasião de sua posse na presidência do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, no Estado do Paraná.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Dr. Sérgio Prosdócimo, (Av. Mal. Deodoro, 630 - 12° andar - Cj. 1202 - Curitiba/PR).

Sala das Sessões, em 08.03.95

(a) ALGACI TÓLIO

JUSTIFICATIVA:

Ao solicitarmos a presente transcrição, queremos formular cumprimentos ao empresário Sérgio Prosdócimo, pela posse na Presidência do IBQP no Paraná e, também manifestar votos de êxito na nova função.

Conhecedores da viva inteligência, dinamismo empresarial, competência e verdadeira dedicação às causas em que acredita o Dr. Sérgio Prosdócimo, temos certeza de que conseguirá executar inúmeros projetos e atividades com o fim de promover avanços na qualidade e produtividade em nosso Estado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 037/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído a SEMANA ESTADUAL DO JOVEM, a ser comemorado, anualmente, nos últimos sete dias do mês de maio.

Art. 2° - Durante a SEMANA ESTADUAL DO JOVEM todos os órgãos de comunicação do Estado reservarão espaço e tempo para publicação e divulgação de matérias alusivas à juventude e sua importância na vida nacional e estadual.

Art. 3° - Os estabelecimentos de ensino de todos os níveis desenvolverão, na época, sob orientação das Secretarias de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo e Secretaria de Estado da Cultura, palestras, conferências, campanhas, concursos de redação e jogos poliesportivos, tendo por motivo a juventude.

Art. 4° - O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de lei em tela, visa instituir a SEMANA ESTADUAL DO JOVEM, a ser comemorado, anualmente, nos últimos sete dias do mês de maio. A juventude do Paraná, principalmente nas cidades de porte médio, tem sua organização nas entidades estudantis, grupos de jovens e nos Conselhos Municipais da Juventude.

Durante a SEMANA ESTADUAL DO JOVEM todos os órgãos de comunicação do Estado reservarão espaço e tempo para publicação de matérias sobre a juventude e sua importância na comunidade.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres Pares, para aprovação do presente projeto, como forma de pagarmos uma pequena parcela de enorme dívida que temos com a juventude do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 038/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Defesa do Consumidor - APADECO - com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente proposição tendo em vista que a Associação Paranaense de Defesa do Consumidor - APADECO - sendo uma associação de consumidores, objetiva promover a defesa dos direitos dos consumidores, contribuintes e usuários dos serviços públicos e/ou privados; organizar os consumidores na defesa de seus direitos; incentivar no consumidor-contribuinte o espírito de justiça social, a moralidade dos costumes, o respeito mútuo, o espírito cristão, a defesa de legalidade e moralidade na vida privada, pública e política.

A entidade tem como princípio funda-

mental o Regime Democrático e Justiça Social, no sentido de solidariedade humana e equilíbrio social, com proteção e defesa da comunidade consumidora.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas de tão nobre valor social, nada mais justo que seu reconhecimento como utilidade pública por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 039/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo, autorizado a doar definitivamente às Prefeituras Municipais, todos os veículos automotores, máquinas e implementos de terraplenagem, agrícolas e industriais entregues até esta data, em REGIME DE COMODATO.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

E do conhecimento geral que as dificuldades pelas quais passam quase todos os municípios paranaenses, que vão desde problemas de ordem material e financeira até dificuldades que refletem a situação atual, ficando muitas vezes aquém do desejável.

Não bastasse a enorme problemática que enfrentam os municípios com os encargos que lhes foram atribuídos, a maioria encontra-se sem condições para atendimento adequado na conservação de estradas condizentes para o escoamento da produção.

O presente projeto de lei visa justamente fazer com que o Estado pelo menos auxilie a municipalidade, doando definitivamente os veículos automotores, máquinas e implementos de terraplenagem, agrícolas e industriais entregues, até esta data em Regime de Comodato, material esse, na maioria, considerado inservível para o Estado, alguns já sucateados e que foram recuperados com enormes sacrifícios pelas prefeituras.

A maioria das médias e pequenas prefeituras, se devolverem as máquinas e caminhões recebidos em Comodato, ficarão em grandes dificuldades para atender principalmente o setor rodoviário.

Em razão disso, é imperiosa a aprovação desta proposição que visa estabelecer ação conjunta, onde o Estado, pela sua estrutura pode oferecer uma grande contribuição aos municípios na formulação política de atos interligados para o seu crescimento.

PROJETO DE LEI N° 040/95
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica considerada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE DOM PEDRO II, com sede na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 28 de abril de 1.989, a Associação de Moradores do Parque Dom Pedro II tem por finalidade manter a união cordial entre os moradores, atuando sempre como interlocutora da comunidade perante as autoridades em geral.

Desde sua criação, a entidade vem reivindicando e mantendo, conforme os interesses da população, os equipamentos sócio-comunitários; além de promover, em juízo ou fora dele, as ações e medidas que se fizerem necessárias.

PROJETO DE LEI N° 041/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal escolar no Estado do Paraná, em toda rede de ensino, a partir do ano letivo de 1994.

§ 1° - O previsto no caput deste artigo visa garantir uma perfeita higiene oral e a efetiva prevenção à cárie dentária e doenças bucais em todas as crianças paranaenses em idade escolar.

§ 2° - O objetivo do programa proposto é conscientizar, ensinando e estimulando as crianças sobre as mais eficazes técnicas de higienização oral, correta escovação, dieta alimentar ideal, a importância do dente de leite na formação dos dentes permanentes, a importância da visita periódica ao dentista, aplicação de selante, o bochecho com fluor, o açúcar como agente provocador de cáries e todos os procedimentos específicos.

§ 3° - As atividades para o desenvolvimento do programa poderão envolver os pais dos estudantes, professores e funcionários das escolas, no sentido de se atingir maior índice de conscientização popular em relação à saúde bucal.

Art. 2° - O programa de que trata esta lei será adotado e implantado, obrigatória e permanentemente, integrado ao currículo escolar anual, em todos os estabelecimentos de ensino paranaense, da pré-escola até o 2° Grau da rede pública oficial, particular e conveniada.

Artigo 3° - A regulamentação da presente lei ocorrerá com a participação conjunta e efetiva do Governo do Estado do

Paraná, através das Secretarias de Estado da Saúde, da Educação e de organismos oficiais e de classes correlatas à odontologia.

Artigo 4º - O Governo do Estado do Paraná, através dos órgãos envolvidos, fica autorizado a firmar convênios com entidades cujas atividades estão relacionadas com a odontologia, e também com as administrações municipais, visando a implementação de ações imprescindíveis ao fiel cumprimento do disposto nesta lei.

Artigo 5º - Para o eficiente desenvolvimento do Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal escolar, o Governo do Estado distribuirá, periodicamente, nas escolas da rede pública, "kits" compostos de escova de dente e tubo de creme dental fluorado e de baixa ou nenhuma abrasividade, para todos os estudantes.

Parágrafo Único - A distribuição periódica ocorrerá de acordo com a necessidade de se repor o creme dental e a escova, conforme especificação odontológica.

Artigo 6º - Todo material didático e métodos de ensino para prevenção da saúde bucal deverão ser desenvolvidos pelo Governo do Estado, para posterior distribuição nas escolas da rede pública, servindo de modelo para as demais.

Parágrafo Único - As escolas da rede particular ou conveniadas poderão adotar material e métodos próprios, de acordo, entretanto, com o que exigirá a regulamentação do programa.

Artigo 7º - O Governo do Estado deverá dotar todas as escolas de material e equipamentos destinados a um cadastramento técnico-científico da saúde bucal dos estudantes, para posterior estimativa e avaliação.

Artigo 8º - A aplicação do programa poderá ocorrer concomitantemente a qualquer programa de ensino de higienização pessoal porventura existe e em desenvolvimento nas escolas, sob orientação de agentes de saúde, supervisores ou professores capacitados, observada carga horária a ser cumprida e o programa didático específico.

Artigo 9º - Ao Governo do Estado caberá promover forte campanha publicitária de esclarecimento sobre o disposto junto à comunidade paranaense.

Artigo 10º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Apoiamento: Cézar Seleme, Reny Borsatto, Nelson Justus e Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

O que se propõe não tem intenção de ser a última palavra em cuidados com os dentes das crianças, mas será, certamente, o início, em relação a toda comunidade pa-

ranaense, preservando a saúde bucal das futuras gerações, explanando e ensinando o que as pessoas podem fazer por si mesmas quanto à saúde bucal.

A instituição do Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Estado do Paraná virá a preencher uma lacuna, e marcará o começo do processo de retração no triste quadro apresentado atualmente.

Com isso, o Governo do Estado passará a ter ativa e permanente, senão fundamental, participação num processo inédito no Brasil.

As doenças bucais estão aumentando na maioria dos países pobres. Isso porque as pessoas estão comendo cada vez menos alimentos naturais e mais comida industrializada, geralmente adoçada com açúcar branco refinado, considerado por muitos especialistas como um forte veneno antes de ser um alimento.

Como consequência da alienação preventiva, com predomínio para a atenção curativa a saúde bucal da população, apresenta-se cada vez pior, não bastassem os problemas correlatos e má alimentação.

Estudos científicos revelam que 95% da população mundial possuem cáries e doenças periodontais.

O Brasil, desdenhosamente alcunhado como o País dos Desdentados, é também o campeão mundial da cárie, perdendo apenas para a Malásia e outros pequenos países que pouco ou nada representam no contexto global estimado.

Os governos até hoje não souberam como investir na saúde oral do povo brasileiro. Não existem, além do bochecho com flúor e fluoretação da água de abastecimento, programas orientados para a prevenção.

Os profissionais no Brasil gastam tempo aprendendo técnicas restauradoras/reabilitadoras que, como sabemos são, incapazes de, isoladamente, interromper as causas das doenças bucais.

Estudos oficiais demonstram que a prevalência da cárie é pequena nas populações que têm alimentação composta por produtos caseiros, com pouco ou nenhum açúcar industrializado, e onde suas crianças são orientadas nas escolas através de aulas teóricas e práticas sobre higiene oral.

Em março de 1992 a Prefeitura de Ponta Grossa, cidade-pólo da região dos Campos Gerais que representamos com orgulho nesta Casa de Leis, realizou brilhante e bem elaborado levantamento técnico-científico do índice de cárie em 4502 estudantes na faixa etária de 06 a 14 anos, correspondendo a 15% do total dos alunos matriculados da pré-escola à 8ª série. O objetivo foi o de se conhecer a situação da saúde oral dessa população, diante das atividades desenvolvidas pelos órgãos oficiais governamentais voltados à odontologia.

O índice de dentes cariados, perdidos ou obturados encontrado foi de 3,78%, considerado, ainda, pelos responsáveis da Divisão de Odontologia da secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal como sendo um índice alto, mas bem inferior à média, se comparado com o restante do Paraná e do Brasil, que é de 6%.

Um índice que poderá ser mudado a médio prazo se a atenção for voltada para a efetiva prevenção, especificamente a partir de agora.

Duas medidas do Governo do Estado podem ampliar os cuidados com os dentes da população: a educação sobre higiene oral e a capacitação de agentes comunitários de saúde no cuidado com os dentes de leite e permanentes.

A maneira mais eficiente seria através do permanente ensino nas escolas sobre higiene oral, como matéria obrigatória, que não possua caráter reprovador, com cartilha, material próprio e pessoal especializado na administração da disciplina.

A orientação bem dirigida com a higiene oral e a observância do consumo de açúcar, diminuiria com certeza os problemas com a dentição, tido hoje como um dos maiores agravos da saúde da população brasileira.

Inicia-se pela premissa de que para serem fortes, os dentes precisam de uma gengiva sadia, e esta, por sua vez, precisa de dentes limpos.

Torna-se vital ensinar às crianças e suas famílias, por extensão, a correta dieta alimentar, com consumo maior de legumes, verduras, frutas, peixes, queijos brancos, pois além de serem alimentos saudáveis, ricos em vitaminas, proteínas e sais minerais e fibras, provocam menores danos aos dentes. Deve-se ensinar também que evitando-se o consumo de açúcar entre as refeições os problemas com os dentes diminuirão.

É imperioso neste processo o ensino dos procedimentos de uso do fio ou fita dental na limpeza dos dentes. Medida que deveria ser mania nacional.

Imperioso, também, nos parecem ser os ensinamentos sobre as técnicas simples, mas eficazes, de escovação correta, do uso do fluor, visita periódica ao dentista, particular ou nos postos de saúde.

Parece-nos fundamental alertar nossas crianças - futuros cidadãos - para as funestas consequências da má higienização bucal, como a placa bacteriana, a gengivite, o tártaro, a cárie e, finalmente, a perda total dos dentes.

É fundamental também dar a conhecer sobre a importância do dente de leite na formação da dentição permanente, e que não é supérfluo, como pensam a maioria dos pais, o tratamento dos dentes de leite de

seus filhos. Ao optar por uma extração prematura de um dente de leite de seu filho, os pais comprometerão, dizem os dentistas, toda a formação da dentição permanente, provocando algumas vezes até o não surgimento de dentes em certos casos, ou deslocamentos, em outros.

O Governo gasta hoje muito mais para restaurar dentes da população ou para reparar e assistir problemas de saúde bucal, do que gastaria, certamente, para implementar o que se propõe neste Projeto de Lei, além de que daria o Paraná o exemplo para o Brasil - "antes prevenindo que remediando".

Ante o claro objetivo social da proposição que ora se apresenta e que almeja a prevenção e preservação da saúde dos paranaenses, crianças e adultos, é que solicitamos o apoio dos nobres pares com assento nesta colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 042/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Os valores provenientes do recolhimento de multas, por parte dos proprietários de veículos automotores, decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, qualquer que seja a denominação onde estiver implantado do Estado, reverterão em 30% (trinta por cento) ao município beneficiado, na forma que dispõe esta lei.

Artigo 2º - Os recursos que trata o artigo serão repassados à prefeitura municipal beneficiada que o destinará à segurança pública e assistência social, seguindo orientação do Conselho Especial de Segurança e Assistência Social, que estabelecerá metas para a destinação de montante repassado, bem como fiscalizará sua aplicação.

Artigo 3º - O Conselho Especial de Segurança e Assistência será composto por um representante da municipalidade e um representante das entidades de assistência social, ambos indicados pelo Prefeito Municipal, um representante da Polícia Militar e outro representante da Polícia Civil, ambos indicados pelo Secretário de Estado Segurança Pública, um representante escolhido e indicado pela Associação Comercial e Industrial do respectivo Município, um representante da comunidade indicado pelas Associações de Moradores e um representante da Câmara de Vereadores, indicado pelo Presidente.

Artigo 4º - O repasse dos recursos financeiros estabelecidos nesta lei se dará até 30 dias após o recolhimento pelo órgão arrecadador estadual.

§ 1º - O repasse será automático, sem

a necessidade de qualquer ato reivindicatório por parte dos beneficiados.

§ 2º - Ultrapassando o prazo estabelecido no caput deste artigo o Estado incorrerá em juros e correção até a data do repasse.

Artigo 5º - Ficam sem efeito todos os Convênios firmados entre órgãos de administração direta, indireta, fundacional e autárquica do Governo Estadual com quaisquer Órgão das Administrações diretas, indiretas, fundacionais e autárquicas dos governos Municipais que objetivam a destinação de parcelas da receita provenientes das multas referidas nesta Lei.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Nelson Justus, Reny Borsatto, Luiz Accorsi e César Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Nos dias atuais a segurança pública, por motivos variados, um dos setores de responsabilidade do governo que menos recebeu atenção deste, em que pese o preconizado nos discursos.

Segundo as autoridades por absoluta falta de recursos financeiros.

Onde então ir buscá-los? Como tornar possível prevenir a criminalidade na sua origem?

O problema do aumento da criminalidade tem sido mantido principalmente nos grandes centros urbanos, conforme se observa pelas estatísticas apresentadas.

Justamente nestas cidades é que existe a exploração dos sistemas de estacionamento regulamentado, o qual arrecada vultosas quantias de recursos financeiros através da cobrança de multas que acabam ficando nas mãos do governo.

PROJETO DE LEI Nº 043/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Todas as doações de sangue, para qualquer finalidade; as doações de esperma para inseminação artificial e doações de órgãos para transplante serão procedidas de realização do Teste HIV - Anti-Aids.

§ 1º - Os testes deverão ser realizados por todos os postos coletores de sangue, esperma e órgão para transplante, que assegurarão este serviço aos doadores e receptores."

§ 2º - As inseminações artificiais só

poderão ser realizadas 06 (seis) meses após a doação, verificada, novamente, neste prazo, a sanidade do doador.

§ 3º - Em relação aos órgãos retirados para transplante, os exames devem ocorrer de imediato, garantindo-se a sanidade do doador.

Artigo 2º - O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, assegurará a realização dos testes HIV-Anti-Aids, em todas as unidades sanitárias, e terá a incumbência de fiscalizar o fiel cumprimento desta lei.

Artigo 3º - Caberá ao Governo do Estado, promover, através das Unidades Sanitárias, campanha de esclarecimento sobre a obrigatoriedade da realização dos Testes HIV, em todos os bancos de sangue, de coleta de esperma para inseminação artificial e de retirada de órgãos para posterior transplante.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento: César Seleme, Reny Borsatto, Nelson Justus e Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

É aterrador o quadro futuro que se pinta no Brasil em relação à Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida - AIDS, já admitida por muitos cientistas como o Mal do Milênio.

Doença infecto-contagiosa que continua a crescer em índices alarmantes em nosso País e no Mundo, alcançando já considerável percentual de heterossexuais, sem que as autoridades sanitárias consigam reduzir esta incidência.

É freqüente nos depararmos com tristes considerações tecidas pelas maiores autoridades do Planeta em relação ao combate à Aids no Brasil.

Segundo técnicos e cientistas do mundo inteiro, o Brasil muito em breve será o país com o maior número de pessoas aidéticas do mundo, suplantando os Estados Unidos que ocupam hoje esta cruel posição.

Isto porque, segundo as autoridades médicas, no Brasil o Governo continua sendo criticado por posturas que não condizem com as medidas preventivas práticas adotáveis e necessárias a combater o mal, e devem, por isso mesmo, lançar mão de decisões rígidas para combater a doença.

É óbvio que não desejamos que o Brasil continue figurando nas estimativas e estudos mundiais, atrás dos países do terceiro mundo como um país onde muito pouco tem-se feito para combater e controlar a doença.

Segundo as autoridades mundiais no as-

sunto, pasmem, estamos muito atrás de países africanos quando se fala em prevenção à Aids.

Provado está, que só orientações aca-nhadas à população não resultarão na re-versão de uma situação que mostra-se pres-tes a tornar-se calamitosa.

Há que se buscar instrumentos mais adequados para combater-se o mal de forma eficaz e exemplar.

Por isso, deve o Estado do Paraná ado-tar, como os Estados modernos do mundo já o fazem, medidas práticas, eficazes e pre-ventivas ao mal, cuja contaminação vem sendo verificada nos transplantes de ór-gãos, doações de sangue e de esperma.

Com providências preventivas obrigató-rias como a que trata a presente matéria, o Estado passa a contribuir de modo mais eficaz e efetivo no combate à prorrogação do chamado Mal do Milênio.

O Estado do Paraná deve também aqui servir de modelo para o restante do país, bastando para isto implementar ações até simples, mas que até o momento não o foram por absoluto distanciamento dos go-vernantes; ao tratar de um problema crôni-co que nos afeta e ao mundo inteiro.

Por estas razões, solicito o apoio dos ilustres Pares que formam esta Casa de Leis para a aprovação destas medidas que visam minimizar os graves problemas acar-retados por esta incrível doença.

PROJETO DE LEI Nº 044/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica extinto o Conselho Es-tadual de Educação, criado pela Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964.

Parágrafo Único - Ficam extintos os mandatos dos atuais membros do Conselho Estadual de Educação.

Art. 2º - Até o dia 31 de dezembro de 1995, as atribuições e competências do Conselho Estadual de Educação, serão exercidas:

I - Pelo Secretário de Estado da Edu-cação, nos graus, pré-primário, primário, médio e ensino profissionalizante.

II - Pelo Secretário de Indústria, Co-mércio, Ensino Superior, Ciência e Tecno-logia no grau Superior Universitário.

Art. 3º - No prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei, o Secretário da Indústria, Comércio e Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e o Secre-tário de Estado da Educação proporão ao Governador do Estado a constituição de Co-missão Especial, composta de 06 (seis) membros que será incumbida de sugerir nor-mas para criação do Conselho Paranaense de

Educação.

Art. 4º - Até 30 de setembro de 1995, o Governador do Estado proporá à Assem-bléia Legislativa a criação do Conselho Paranaense de Educação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-posições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) EDGARD BUENO

Apoiamento: Beto Richa, Cezar Silvestri, Nereu Alves de Moura, Duílio Genari e Sã-mis da Silva.

JUSTIFICATIVA:

Criado há mais de 30 (trinta) anos, o Conselho Estadual de Educação não vem acompanhando em suas ações a agilidade e modernidade que a sociedade educacional paranaense está a exigir de um órgão ge-renciado pelo Poder Público.

As entidades educacionais que necessi-tam, por força de lei, de parecer para a constituição de escolas, universidades e funcionamento de cursos a serem ministra-dos esbarram nas excessivas exigências do conselho, o que torna muito longa a espe-ra, prejudicando sensivelmente milhares de alunos no Estado.

Os vícios praticados no setor educa-cional são tantos que até na esfera fede-ral o Governo Central foi obrigado a tomar enérgicas medidas, extinguindo o Conselho Federal de Educação e constituindo comis-são especial para aperfeiçoar e democrati-zar as suas atividades.

Por essas razões, apresentamos o pre-sente projeto de Lei, visando acabar com este órgão, hoje, tão perverso ao ensino paranaense, na expectativa de acabar de vez com os seus desmandos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Péricles de Mello.

O SR. PERICLES DE MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós não poderíamos no início dos nos-sos discursos na data de hoje, deixar de fazer referência à comemoração do Dia In-ternacional da Mulher, que marca uma luta de mais um século das mulheres do mundo inteiro em favor da igualdade dos seus di-reitos e essa data traz a lembrança de 120 operárias americanas que no ano de 1877 foram queimadas dentro da fábrica, por es-tarem realizando uma greve pela diminuição da jornada de trabalho de 17 para 10 horas diárias e por aumento de salários.

Deixamos aqui então em homenagem à mu-lher do nosso Estado, do nosso país a re-ferência a essa data tão importante.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, es-

tivemos hoje pela manhã no Colégio Estadual do Paraná, onde a APP Sindicato promoveu o ato público de defesa das conquistas da categoria. Num momento grave da história nacional em que a reforma, seguindo os princípios e a cartilha neoliberal tenta atacar mais uma vez no Brasil, a classe trabalhadora, destruindo direitos com muito esforço, com muito sacrifícios conquistados, particularmente no que diz respeito aos professores, aposentadoria especial conquistada ao longo dos anos na história do nosso país. Os professores do Brasil e a APP cumpriu o seu papel e se reuniu hoje no Colégio Estadual denunciando esses absurdos e iniciando uma luta que vai transcender de norte a sul, de leste a oeste contra esse ataque ao direito dos trabalhadores.

Os professores no Brasil, em primeiro lugar, cumprem uma jornada absurda. Qualquer um sabe que é praticamente impossível uma pessoa lecionar 40 horas de aula por semana. Um professor estadual é obrigado a fazer isso, porque mesmo assim o salário que ele ganha não dá condições de viver com um mínimo de dignidade. Os analistas do processo cultural brasileiro, denunciam esse processo de exploração do professorado como um dos motivos pelos quais o desenvolvimento cultural do nosso país é atrasado. Nos países da Europa o fato de os professores lecionarem apenas 20 horas e terem tempo livre para se dedicar ao aprendizado, faz com que aqueles países sejam muito mais avançados sob o ponto de vista cultural, sob o ponto de vista da reflexão sobre as questões sociais. No Brasil infelizmente o professor já é obrigado a lecionar 40 horas para viver com um mínimo, repito, de dignidade.

Uma atividade que traz uma série de problemas de toda ordem, uma atividade complexa e sacrificada e passa de repente a ser a pauta dos graves problemas do país, a questão de aposentadoria dos servidores públicos, estabilidade, aposentadoria especial dos professores.

Parece que o Brasil se esquece dos graves problemas. Ninguém fala mais na concentração absurda da terra, um país em que 2% dos grandes proprietários são donos de mais de 50% do território nacional. Ninguém fala mais do êxodo rural, da miséria crescente que atinge milhões de homens. O problema do Brasil passou a ser estabilidade de funcionário, passou a ser privatização de estatais, ou seja, quem estabelece a pauta de discussão hoje, é a direita mais extrema, é o neoliberalismo que quer tomar conta do mundo inteiro.

Entendemos que é necessário mais do que nunca, os trabalhadores se organizarem para reivindicar e não perderem seus direitos na Constituição. No que diz respei-

to à questão do professorado, nós começamos uma intervenção na Assembleia Legislativa relativa ao grave problema da aposentadoria na medida em que o Tribunal de Contas passa a entender, com base num parecer do Supremo Tribunal Federal, que o efetivo exercício do magistério diz respeito apenas à sala de aula. O que é uma coisa completamente absurda! Um professor concursado; pelo respeito, pela sua competência e alçado a categoria de diretor, eleito diretamente pela comunidade, ele perderá esse tempo na contagem da sua aposentadoria. Da mesma forma professores que são deslocados, destacados para contribuir com a educação do Estado, para núcleos regionais de ensino, passariam a não contar mais esse tempo.

Essa questão é completamente absurda, divergente do ponto de vista da legislação. Existe uma legislação, como é o caso da Lei Federal nº 5540 que trata da reforma do ensino superior e estabelece, claramente o que significa "efetivo exercício do magistério", colocando não apenas o exercício em sala de aula, mas, também, todas as atividades inerentes à administração do estabelecimento escolar, faculdade, universidades ... Nós queremos contribuir e achamos que a Assembleia Legislativa tem o dever de fazer assim com a solução legal desse problema e, por isso, estamos pedindo apoio aos Srs. Deputados para uma emenda à Constituição do Estado do Paraná que estabelece dois incisos no § 6º do art. 35 para resolver - de uma vez por todas - esse grave problema, essa insegurança que está se colocando sobre os professores do nosso Estado.

O art. 35 no seu § 6º vai conceituar o que significa "exercício do magistério". Para efeito do inciso III, alínea B desse artigo entende-se como funções do magistério, inciso 1: "as que pertinentes ao sistema indissociável de ensino, para fins de transmissão e ampliação do saber.

"Inciso 2º - As inerentes à administração de estabelecimento escolar, faculdade ou universidade, exercida por professores."

E, para que não paire nenhuma dúvida, colocaremos o inciso 3º: "as exercidas no sistema de ensino do Paraná por professores."

Rogamos aos Srs. Deputados que nos apoiem nessa emenda à Constituição para resolver esse grave problema e temos certeza que a Assembleia Legislativa, na defesa dos interesses maiores do nosso Estado, aprovará, por unanimidade, a presente emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Maria Ferrei-

ra.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendíamos utilizar de imediato da palavra, até porque - como novato que somos - pretendíamos conhecer um pouco mais desta Casa e ver o que ela poderia acrescentar às nossas experiências. Mas, dado ao reclamo da população, dado ao reclamo de um segmento extremamente importante para nossa economia, que é a questão da agricultura, tanto na semana passada e início desta aqui largamente comentada.

Quero trazer, Sr. Presidente, os anseios, as dificuldades e as agruras que vive o nosso agricultor. Quero aqui, afirmar, que o nosso trabalhador rural, o produtor rural espera para a próxima safra - 94/95, uma verdadeira espoliação. Isso é em consequência da política adotada para os preços mínimos e de crédito rural para a safra 94/95. O resultado dessa política chega ao paradoxo onde os produtores rurais que não utilizaram o crédito agrícola de custeio possam ser os maiores prejudicados em relação aos que fizeram este financiamento.

Além disto, tanto este quanto os outros poderão ser prejudicados na comercialização da suas safras. Para entender como pode isto ocorrer e para compreender o esbulho contra os produtores nessa safra, basta pegar o exemplo do milho que aqui tão largamente denunciado. O produtor que comercializar no mesmo dia terá pela sua produção dois preços com diferenças significativas entre eles, na parcela correspondente ao valor financiado este produtor pode vendê-lo ao Governo pela equivalência produto ao valor de 6,32 por saco de 60 quilos para pagar o seu financiamento contraído.

A outra parte da mesma safra este produtor irá vender no mercado privado abaixo da média de cinco reais a saca do milho, preços estes praticados no Paraná nos últimos dias. Ontem foi fechado em Londrina a 4,60 reais. Este valor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é 26% inferior ao mínimo fixado pelo Governo. Note-se que a equivalência produto ampara somente os produtores que se utilizaram do crédito de custeio até o limite do financiamento, o que bem dá a medida da preocupação do Governo que é justamente do retorno do capital financeiro e muito menos do que financiar o próprio agricultor.

Chamo a atenção aos Senhores Deputados que o Paraná está colhendo neste momento uma das maiores safras agrícolas deste Estado. Das 7,6 milhões de toneladas que pode nos indicar com certeza o volume de transferência de recursos da economia agrícola para outros setores da nossa eco-

nomia.

Além disto, Sr. Presidente, soma-se o descasamento entre os preços mínimos estabelecidos pelo Governo em outubro passado e a correção dos empréstimos pela TR que podem dar defasagem média estimada de 17%, valor que corresponde a variação da TR do período de outubro, novembro, dezembro e janeiro. Nesta perversa fórmula matemática que se mantém os preços dos produtos agrícolas fixos e os seus insumos sofrendo correções no período de até 60%. Se considerarmos que o Paraná está produzindo nesta safra de verão entre arroz, feijão, soja e o próprio milho, quinze milhões e meio de toneladas, pode se antever o volume de recursos que perderá a nossa economia agrícola, descapitalizada ainda mais.

Por outro lado não se consegue efetivar aquilo que a nossa tecnoburocracia estabeleceu que são os contratos futuros. Eles praticamente não existem e não tem como financiar a uma queda brutal de aproximadamente 20% do preço real, isto porque as taxas de juros para a formação de estoque determina que as empresas façam estoque nunca superiores a trinta dias do seu beneficiamento. E não se pode esquecer a espada da importação dos produtos de origem de países subsidiados. Este é um momento novo que a nossa economia agrícola vive e se não tiver a atenção, a preocupação e o cuidado do Governo nós teremos sérias dificuldades para o futuro. Esta situação é estranha.

É em consequência tanto do descaso dos neo-formuladores da política econômica do Governo Federal em relação a agricultura, como da agressão de muitos urbanóides contra a forma de financiamento da agricultura nas décadas de 70 e 80, que levou os cidadãos urbanos a imaginarem esses produtores rurais como um grupo de privilegiados da nossa economia.

A dura realidade nos mostra hoje Sr. Presidente o inverso, e está hoje a cobrar de toda a sociedade uma definição, se queremos continuar a ser um País produtor de produtos primários; ou se queremos ser um País importador de produtos primários.

Chamo a atenção ainda neste momento pela existência de dois cidadãos na agricultura: os que precisam de recursos financeiros e podem parcialmente conseguir, e os que cometeram a "imprudência" de não tomar recursos bancários que permitiria pagar os empréstimos pela equivalência produto.

Vejam os Srs. Deputados: essa incoerência é inaceitável por discriminar justamente aqueles que se esforçam para produzir e desenvolver a agricultura sem os recursos, sem o apoio Governamental. Aqui está uma boa oportunidade para o atual Governo do Estado iniciar uma ampla mobili-

zação, a partir desta Casa também, dos agricultores do Paraná e do Brasil, pois não adianta fazer isso depois do agricultor se ver obrigado a alienar toda a sua safra a preço vil, obrigando muitas vezes a desfazer de bens úteis a propriedades, como caminhões, tratores, implementos; e mesmo hoje avançando no cheque especial, pagando, submetendo a um pagamento de 14% a 20%.

O Sr. Nelson Tureck - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigado Deputado.

Queria me solidarizar com as suas palavras e dizer o seguinte: nós vemos aí ao longo dos anos na política brasileira, em época de campanha política, aonde todos os candidatos dizem que vão fazer alguma coisa pela agricultura. Mas dizer o seguinte, até hoje a nossa agricultura é uma das mais penalizadas, e agricultura desse Brasil que construiu esse imenso País, e dizer: o povo foi às ruas para ter eleições diretas, para Presidente da República, o povo foi às ruas pelo impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello. O que nós precisamos hoje é a conscientização de todos os políticos, começar por esta Casa de Leis com os Deputados, com todos os Partidos Políticos, junto com os Deputados Federais, Senadores e principalmente a imprensa brasileira.

Não adianta só o Oeste, não adianta só Sul, o Paraná, Santa Catarina, e o Rio Grande fazer as suas manifestações; nós precisamos fazer manifestações a nível de Brasil para que o Governo se sensibilize e que faça alguma coisa pelo nosso agricultor, porque senão nós iremos ver o que está acontecendo, a falência daquele que produz, daquele que alimenta a sociedade brasileira e que realmente não tem prestígio nenhum. É a falência onde nós vimos outro dia de um Deputado, do Péricles Pacheco dizendo que seis agricultores se suicidaram. E nós temos todo dia exemplos do que está ocorrendo no Estado do Paraná do nosso agricultor.

Vamos levantar essa bandeira, vamos levantar essa bandeira do Paraná para o resto do País, do Brasil, para defender o agricultor. Porque não tenho coragem de vir numa Casa de Leis para vir aqui dizer que o agricultor está bem, não! O agricultor está realmente mal. E nós, os Deputados Estaduais que estamos aqui hoje, devemos junto com a empresa realmente sensibilizar toda a imprensa do Estado do Paraná, e fazermos um movimento em termos de Brasil para que olhem por esse herói brasileiro, por esse agricultor.

Obrigado.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Zé Maria, Vossa Excelência pode usar o horário da Liderança do Partido Progressista se achar conveniente porque o seu assunto é de maior importância para a atualidade.

O SR. JOSE MARIA FERREIRA - Agradeço o nobre Deputado Geraldo Cartário pela concessão do horário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa aos dignos calouros desta Casa que na hora do expediente, do Pequeno Expediente, é proibido aparte.

O SR. JOSE MARIA FERREIRA - Agradeço, Sr. Presidente.

No Horário da Liderança terei prazer em conceder aparte ao Agostinho.

Estava dizendo, Sr. Presidente, que é hora do Governo do Estado estender a mão aos agricultores. Não adianta produzirmos relatórios bonitos, pomposos, recheados de coeficientes, de migração, de violência urbana, de desamparo e de miséria. É necessário que façamos alguma coisa nesse momento para que mantenhamos o homem no campo, porque a continuar esta caminhada não precisaremos apenas construir quarenta mil casas em agrovilas, mas teremos que produzir sim quarenta, duzentas mil casas em agrovilas, porque o agricultor que está quebrando na zona rural amanhã estará batendo na periferia das grandes cidades, criando o problema da violência, criando o problema do desajuste social, e é por aí que precisaremos evitar que chegue até esse momento.

O Sr. Augustinho Zucchi - Obrigado Deputado, pelo aparte.

V. Exa. levanta nesta Casa um assunto de maior importância, ainda mais estampado hoje nas páginas dos jornais, e também pelas redes de televisão, verificamos o movimento dos agricultores, não só na Região Oeste, nem Sudoeste, mas também em todos os estados do sul. Na verdade esse movimento, e V. Exa. colocava aí os dados com relação aos problemas porque passam os agricultores, estamos passando pela humilhação, e gostaria aqui meu caro Deputado Nelson Tureck, nós que andamos por esse Paraná na campanha eleitoral dizendo que defenderíamos a agricultura, acho que ainda nessa Casa precisávamos ter uma posição unânime com relação aos problemas da agricultura por que os agricultores passam hoje.

Não é só o problema do MERCOSUL, do milho que está vindo com alíquota baixa de importação sufocando os nossos agricultores. O preço mínimo é cumprido, o que é estabelecido pelo próprio Governo Federal, que se corrigido pelo "escanço" da TR

cobrado nos financiamentos do FINAME chegaria a 7,50 reais a saca de milho, nem por isso os nossos agricultores estão vendendo milho a mais do que quatro reais e cinquenta centavos. Na televisão eu via em Goiás os agricultores colocando o milho no meio do asfalto. Olha, se as autoridades desse País não tomarem imediatamente uma posição com relação a agricultura com essa balela de que se os produtos agrícolas colocados a um preço maior pode interferir no plano porque pode elevar o preço da cesta básica, vamos falar com a agricultura, e não adianta daí ficarmos aqui com o microfone na mão falando que o agricultor é um herói nacional que sobrevive muito mais pela sua persistência e obstinação.

Faço jus a essa intervenção nesse pronunciamento seu dizendo de que me solidarizo, e que nós Deputados, é um apelo que faço à Casa, de que onde tiver esses movimentos nos somemos à praça pública junto com os agricultores, porque não é mais um protesto, é um grito de esperança e de alerta ao Governo Federal de que podemos falar com a agricultura se não tomarmos alguma atitude.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Agradeço ao representante do Sudoeste do Paraná que tão bem conhece o nosso problema da agricultura, e concedo aparte ao Deputado Eduardo Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan - Muito obrigado meu companheiro e amigo José Maria, Deputado da mesma região que nós, que fomos prefeitos juntos, sabemos as dificuldades que a agricultura brasileira atravessa já há muitos anos.

Eu, desde que me conheço por gente, ouço falar que a agricultura brasileira está em crise que o agricultor ele tem um alto custo de produção e na hora de sua colheita, ele encontra preços baixíssimos para comercializar a sua safra.

Ainda na semana passada no sábado, participei de uma Assembléia da Cooperativa dos Produtores da Região de Cornélio Procopio. Percebo que tanto o discurso do Deputado José Maria, como os apartes aqui feitos pelo Deputado Nelson Tureck e pelo Deputado Augustinho Zucchi, são realmente o retrato fiel do desespero que vem tomando conta de todos os produtores rurais do Paraná e do Brasil. Acredito que temos além de reproduzirmos aqui as angústias do nosso povo, especial dos nossos agricultores que representam aqueles que trabalham no setor primário da nossa economia e que é o setor que mais rapidamente apresenta as respostas na economia da nossa sociedade. A agricultura bem investida em seis

meses já vemos os retornos.

Temos que ao lado disso também, entendemos que estamos iniciando um período de recuperação nacional, o novo Ministro da Agricultura José Eduardo de Andrade Vieira e também o nosso Secretário Estadual da Agricultura Hermas Brandão, têm dado ambos mostras de que realmente pretendem caminhar em sintonia com essas aspirações que estamos recebendo da sociedade.

O Ministro José Eduardo já na sua posse apresentou um plano de trabalho, que realmente vem de encontro a essa expectativa de toda a nossa população, o que não podemos esperar é que o Ministro num prazo de dois meses resolva problemas estruturais que afetam a nossa agricultura já há 20, 30 anos, acho que o comportamento que temos que ter é de união em torno dessas propostas e trabalhos que o nosso Ministro vem realizando, formarmos um grande mutirão nacional, realmente para podermos contribuir com essas transformações que venham a significar a solução final, do problema na agricultura no Paraná e no Brasil.

Devo ter aqui uma notícia só para demonstrar o empenho dessas nossas autoridades e sabermos que a questão não vai ser solucionada a curto prazo e uma política agrícola requer uma economia estabilizada, que só estamos tendo agora, iniciou-se a recuperação de armazéns em todo Brasil, que vão representar um aumento de 62% a capacidade de armazenamento da nossa produção agrícola.

Então, parabéns ao Deputado, parabéns aos aparteadores, mas vamos realmente ao lado de toda essa preocupação, vamos procurar contribuir também com as medidas, iniciativas do nosso Ministro, que temos a certeza já mostrou no passado a sua preocupação com a agricultura, e haverá agora e no futuro também mostrar os resultados do seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Agradeço ao Deputado Eduardo Trevisan, e concedo aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Agradeço pelo aparte, agradeço a Bancada do PMDB pelo assunto, está me outorgando também o Horário da Liderança do PMDB.

Quero dizer, Senhor Deputado, a minha região, que é uma região que o meu companheiro aqui, Zezé, ex-Prefeito de Araucária, o nobre Deputado hoje, já conhece muito bem os nossos agricultores, são na maioria proprietários de dois alqueires, um alqueire de terra, cinco alqueires. E nessa última plantação de feijão, pelo excesso de chuva, o feijão - aqueles que conseguiram colher alguma saca de feijão -

a qualidade é tão ruim, que o mercado de São Paulo, inclusive de Curitiba, não aceita.

Estes proprietários estão numa situação calamitosa, e aproveito para fazer um apelo ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que interceda junto ao Banco do Estado do Paraná, que haja uma prorrogação de prazo para esses agricultores, pois os mesmos estão vendendo as suas áreas de dois, quatro, cinco alqueires de terra, para chacreiros, ou seja, para moradores de Curitiba que querem ter apenas o prazer de ter uma chácara nesta região que representa, e com isso a produção de feijão futuramente não existirá mais, porque os chacreiros usam aquele espaço apenas para recreio. É realmente uma preocupação muito grande, por isso é que faço um apelo ao Líder do Governo, que junto ao Banco do Estado, haja uma prorrogação.

Gostaria ainda, Senhor Deputado, de dar um pequeno exemplo: a China tem hoje um bilhão e duzentos milhões de habitantes, e está exportando feijão para o Brasil.

Obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Como ia dizendo, não adianta fazermos relatórios bonitos, cheios de índices, mas é necessário que façamos alguma coisa, é necessário que tenhamos uma posição concreta com relação ao problema. Já desfilaram na tribuna vários oradores abordando o mesmo assunto, mas é preciso que sensibilizemos as autoridades federais, e que a agricultura brasileira - e dentre ela a paranaense - não sobreviverá ao descasamento entre o produto/custo/financiamento e a venda do produto. É impossível, numa economia que se busque a estabilização, manter preços fixos para o produto agrícola, enquanto o produto dos insumos não mantém a mesma correlação de preços. Esta é uma questão que precisaremos sensibilizar.

E gostaria de dizer que esta violência urbana vai ser acentuada ainda mais, quando estas chácaras, estes pequenos sítios forem incorporados por aqueles que querem o lazer, e deixarem de ser elemento de produção, como afirmou o Deputado Geraldo Cartário.

Quero dizer ainda, que o produtor não quer nada, ele quer preço garantido, quer a certeza da comercialização no tempo certo e por isso o governo precisa agir rápido, por isso o governo precisa ser eficiente, neste momento. Porque depois de passar, depois de hipotecar toda a sua lavoura, não tem necessidade mais do governo para vir socorrer.

Eduardo Trevisan, reconhecemos os esforços do Ministro José Eduardo. Mas a safra já pronunciou-se muito antes e o que

está faltando não é nem capacidade de produção. Está faltando é o dinheiro lá, na boca do caixa dos bancos. Está faltando dinheiro nas cooperativas, para que possa comercializar. Porque aí o produtor não quer mais nada. Ele não está reclamando do preço mínimo, ele está aceitando o preço mínimo. Dêem o recurso que haveremos de ter, aí, a maior safra, e o agricultor não contabilizando o prejuízo e não contabilizando ao final da safra e a penhora de sua propriedade e a penhora de seus bens.

Estamos observando, numa região rica como é a de Londrina e a de Ibiporã, aonde produtores, e não é produtor que planta para colher PROAGRO, é produtor que planta para colher 120, 130 sacos de soja, tendo que alienar caminhões, bens pessoais para poder se sustentar. Assim não vamos continuar, assim não vamos ter comida farta e barata na mesa. O agricultor tem calejado as mãos para produzir para o País, para colocar o alimento na mesa do consumidor a preços baratos. Ele é convocado pelo governo para produzir e serve para conter os preços, baixar os índices da inflação, mas hoje está atirado à própria sorte do mercado, concorrendo com produtores que têm economias na agricultura subsidiada. E por isso que esta Casa tem que tomar uma medida. Esta Casa, junto ao Governo do Estado, tem que tomar a decisão firme de apoio. Não apenas nos discursos. E para isso, caro Presidente, trago algumas propostas. E gostaria que pudessem ser remetidas ao Ministro José Eduardo em nome desta Casa.

Senhor Presidente, Líder do Governo Algaci Túlio. Diante desse quadro que acabamos de narrar, ou o Governo do Estado estende a mão ao agricultor, ou cria mecanismos financeiros que compensem a concorrência do milho importado, porque de outra forma não manteremos vivo o agricultor paranaense. Que ofereça recursos à rede bancária e às cooperativas, para que o mercado se regule assegurando o mínimo estabelecido pelo próprio Governo. Correção do preço mínimo pela TR, da mesma forma que o financiamento que o agricultor se submeta ao mesmo critério na questão do produto a ser vendido.

E ao Governador Jaime Lerner e seu Governo, a quem devotamos sucesso, que dilate o prazo de pagamento do ICMS para 180 dias, para que facilite a injeção de mercado no setor e possibilite desta forma, que tenhamos maior oferta de recurso para aquisição da produção, e abrir crédito a cada agricultor - pequeno agricultor - de dois mil reais, dois mil reais sô, pagos em duas parcelas, mediante o depósito do milho lá na cooperativa ou em algum lugar, armazém credenciado, porque desta forma, Senhor Líder Algaci Túlio, estaremos de-

fendendo a subsistência do pequeno agricultor, que hoje se vê ameaçado pela contingência de entregar o seu produto abaixo do custo em algumas regiões.

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado José Maria, quero me somar ao seu pronunciamento, mesmo fazendo parte do PSDB, Partido do Governo a nível nacional. Acreditamos que a sua preocupação não é somente sua, acredito que dos 54 Deputados, de todos os brasileiros, na verdade, não somente dos paranaenses.

Sou agricultor, e em toda minha vida nunca vi uma situação tão dramática, como a que a agricultura está vivendo. Alguns números o Deputado Zuk já passou, mas para se ter uma idéia, em municípios onde a topografia é bastante acidentada, como por exemplo o Vale do Piquiri e o Vale do Ivaí, hoje as cooperativas estão pagando em torno de quatro reais por uma saca de milho, quando o preço mínimo é em torno de 6,30 reais e aonde o frete nessas regiões - e, principalmente, em virtude da grande quantidade de chuvas que tivemos nos últimos meses, as estradas estão em estado lastimável - estão cobrando em torno de 1,50 a 2,00 reais por sacco, de frete, para transportar da propriedade até a cooperativa. Municípios como Palmital, Laranjal, Santa Maria do Oeste, Nova Tebas, enfim, toda essa região aqui do Vale do Piquiri, que é a região que represento, os agricultores estão recebendo líquido, em torno de 1,90 reais por saca de milho, ou seja, duas carteiras de cigarro por uma saca de 60 quilos de milho.

Se nós, realmente, não formarmos um movimento forte, um movimento não somente no Estado do Paraná, convocarmos as Assembléias de todo o Brasil, a nossa Bancada Federal, levaremos realmente a agricultura à falência em nosso País. Chego a dizer que o futuro político, inclusive do Ministro José Eduardo, está nas mãos de decisões rápidas para esta safra e, inclusive do próprio Governo Federal, do qual fazemos parte e do qual sou Líder da Bancada aqui no Estado do Paraná.

A decisão tem que ser urgente, e acho que prorrogação de financiamento não é a solução. O que precisa, realmente, é que seja cumprido o preço mínimo, que seja pago ao produtor, que seja liberado recurso para EGF, enfim, que haja uma solução, inclusive do que foi prometido na safra passada. A solução é drástica, e quero dizer que não somente eu, como todo a Bancada do PSDB soma-se ao seu pronunciamento.

Obrigado.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte,

Deputado?

(Assentimento).

Deputado José Maria, acompanhamos atentamente o seu pronunciamento, e avaliamos ele na sua totalidade.

A sua preocupação é a preocupação - tenho a certeza - de todos os Parlamentares desta Casa, é a preocupação mais do que nunca, também, do Governador do Estado do Paraná. E justamente numa reunião da última segunda-feira no Palácio do Governo, juntamente com o Secretário da Agricultura, Deputado Hermas Brandão, com outros Secretários mais ligados a área política, se discutia a questão da agricultura, a situação em que se encontra o Estado do Paraná, o pequeno agricultor, em função até mesmo agora da entrada do MERCOSUL.

Acho que para o Paraná não é um bom negócio. Agora já está concretizado, há que se encontrar outras alternativas. O Estado do Paraná não pode ficar somente em cima da agricultura, somente em cima da produção. É preciso que o Paraná também se industrialize. Mas isso ainda vai levar algum tempo para que se possa colocar na cabeça dos agricultores e até mesmo nas condições de cada um de fazer a industrialização do seu próprio produto aqui no gerenciamento de emprego e de mais impostos, e conseqüentemente de melhoria para o próprio agricultor.

O Governador recebeu do Secretário da Agricultura um quadro nada animador. Quer dizer, a agricultura do Paraná, ela está ótima, está aí mais uma vez um recorde de produção, o problema está com o Governo Federal que ainda mantém os estoques da safra de 1990, não se tem aonde estocar, e não se houve uma política, uma intenção do Governo Federal em como solucionar a safra que está aí, aonde colocar e como vai colocar.

Quando de repente o nosso agricultor começa a enfrentar a concorrência da Argentina, que oferece o milho por exemplo a preço mais barato do que o preço ofertado pelo nosso agricultor. É uma situação caótica e que preocupa sobremaneira e Governador Jaime Lerner.

Por esta razão, da nossa reunião tirou-se a seguinte conclusão: o Governador precisa intervir imediatamente, ele sabe que tem que fazer isso, e vai, já fez contato na mesma segunda-feira com os Governadores de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, imediatamente deverão fazer uma caravana, levando até alguns agricultores de algumas cooperativas, alguns Prefeitos, Presidente de Associações de Prefeitos do interior do Paraná nesta caravana, o mais rápido possível, para um contato junto com o Ministro da Agricultura e com o Presidente da República.

A solução principal terá que vir do Poder Central. O Governo do Estado, todos sabem é limitado nessa situação. E evidentemente, terá que se encontrar também, enquanto isso não ocorre alguma saída, como disse o Deputado Geraldo Cartário, a nível de Banco do Estado do Paraná. O Governador está extremamente preocupado com a situação e está já se mobilizando. É preciso que esta Casa também dê o respaldo neste momento como faz Vossa Excelência, que além de estar cobrando, está trazendo algumas propostas, algumas soluções. É dessa maneira que vamos encontrar o caminho para os problemas.

O SR. JOSE MARIA FERREIRA - Agradeço o aparte, e pode ter a certeza o Líder do Governo, nós poderemos fazer crítica desta Tribuna, mas ela sempre será respaldada pela crítica construtiva no sentido de ajudar, ou tentar, ou mostrar os caminhos ao Governo que sirva à sociedade e sirva ao povo do Paraná.

Gostaria, Senhor Presidente, ao encerrar, dizer que a ação desta Casa e o empenho dos Senhores Deputados precisa ser urgente. E que o socorro ao agricultor, não podemos esperar que venha neste momento do Governo Central porque demorará e ele terá sérias dificuldades, até pela sobrevivência pessoal e familiar.

Por isso, uma abertura de crédito rápido, urgente do Banco do Estado do Paraná ao pequeno agricultor; e não é dando nada, não é oferecendo nada, é mediante o produto depositado na cooperativa. O agricultor não quer nada, ele tem o produto para vender, quem não está honrando é o próprio Governo, e por isso espero que esta Casa tome em forma de corpo (?) o que demonstram os Senhores Deputados e o Senhor Presidente na defesa desse momento delicado da agricultura.

Agradeço a Liderança do meu Partido na pessoa do Caíto pela sessão, agradeço a Liderança do PP por ter nos cedido o horário e agradeço os apartes efetuados pelos nobres companheiros Deputados.

Muito obrigado Senhor Presidente, era o que tínhamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, para conhecimento dos Senhores Deputados, principalmente os que exercem o mandato pela primeira vez, vai ler o inciso 2º do artigo 90 do Regimento Interno.

"Trinta minutos no máximo destinado aos oradores inscritos no Pequeno Expediente; ou na falta desses, aos que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha. Não podendo cada orador exceder ao prazo de cinco (05) minutos, proibido os apartes."

Como tratava-se de matéria muito inte-

ressante nós permitimos que acontecesse, mas repetimos agora que vamos cumprir o Regimento Interno. E no Horário das Lideranças os primeiros 30 minutos iniciais serão ocupados, segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

Quebrando ainda o nosso Regimento Interno vamos ouvir o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, não concordo que se lembre da mulher apenas no Dia Internacional da Mulher, não concordo que se lembre dos pais só no Dia dos Pais, não concordo que se lembre das crianças só no Dia das Crianças.

Acho que todo dia é dia para se referenciar a negra mãe, a branca mãe, acho que todo dia é dia de se referenciar a mulher que gera, seja negra ou branca, porque entendo que a mulher que embala um berço tem o direito de reger a humanidade. A humanidade é uma orquestra e ela tem o direito de reger esta orquestra, seja ela a mulher que está sentada ali, seja a mulher que está sentada lá, seja a mulher que está limpando os banheiros desta Assembléia e ganhando um salário de miséria, salário assassino, desgraçadamente violento, asqueroso, seja aquela que é secretária de alguns dos Senhores Deputados, seja aquela que agora há pouco chegou à porta de meu gabinete com uma criança nos braços pedindo R\$ 480,00 para salvar a vida da filha que ela gerou. A mãe com a filha, outra mulher no braço, precisando de R\$ 480,00 para fazer uma ressonância magnética.

Mas que dia é esse? Dia Internacional da Mulher. Está acontecendo hoje em Brasília um grande encontro das mulheres, vai acontecer na capital, vai acontecer em Londrina, Cascavel, Maringá. Vai acontecer na cidade canção, terra do Dr. Joel, terra do Marquinho, vai acontecer em Cascavel na terra do Edgar. Vai acontecer em todos os recantos desse País. E amanhã!

Hoje vai ser o "blá, blá, blá", porque a mulher tem que dar isso, fazer aquilo, porque a mulher é soberana, a mulher é magistral, tem gente que vai desmaiar no Congresso, cai no chão, faz aquele ôba, ôba, é um grande espetáculo para aparecer na Globo, na Manchete, no SBT, na Cultura, em todos os canais de televisão, aparecem nos jornais, alô, alô, é a mulher.

Tudo balela, amanhã a mulher continua, lavando as nossas cuecas, a mulher continua limpando as privadas desse País, a mulher continua limpando os corredores, para que nós Deputados, possamos passar, ela limpando os cantinhos, limpando e olhando para você como se pedindo miséri-

córdia, "pelo amor de Deus estou com meus filhos em casa passando fome". Quantas que vêm à porta dos nossos gabinetes pedindo para comprar um óculos, quantas, vêm com a receitinha médica nos nossos gabinetes. Desmintam-me Senhores que estão chegando agora, os Senhores não sabem o que é ser Deputado, porque dizem lá fora que nós somos assistencialistas, eu não faço assistência social, eu faço cidadania e ação social, porque não sou formado em Assistência Social, só pode fazer Assistência Social quem é formado numa universidade, eu faço cidadania, ação social, dinheiro é meu, não tenho que dar satisfação a ninguém deste Estado e desse País.

Os Senhores vão ver aqueles que chegam, aquela mulher que chega, "o senhor pode me dar, eu não estou enxergando, é o Senhor Deputado, eu precisava comprar um óculos, eu corri em todos os lugares", foi lá naquele trem do Governo Federal, que o Collor roubou como uma desgraça, a mulher dele também roubou como uma desgraça, a LBA. Olha quantos que correm aqui atrás da Regina, esposa do Deputado Pessuti, quantos correm atrás da Dona Niva, ali na Associação das Senhoras dos Deputados, e elas no anonimato, trabalhando, ajudando, quantas mães que aparecem aqui.

Olha, me perdoe, hoje não é o Dia Internacional da Mulher, eu me lembro que na gestão passada eu fiz um projeto nesta Casa, ao lado do Dr. Rosinha, vim a esta Tribuna implorei, chorei, fiz com que a minha voz atravessasse esse concreto e chegasse na cara do Governador Roberto Requião, e disse a ele precisamos construir no Paranã, aquilo que o Senhor Rafael fez na capital. Governador vamos criar a Casa de Amparo a mulher espancada. Vossa Excelência sabe Deputado Algaci, Vossa Excelência inaugurou a casa.

Vamos construir a Casa de Amparo a Mulher, porque a mulher, ela, leva pancada em casa, apanha, é assassinada, chega no Plantão de uma Delegacia de Polícia, que é palco de drama e comédia, chega lá, ela já entra com medo da Delegada, "olha o meu marido me espancou, o que é que eu faço". Aí registra-se a queixa, termina de registrar a queixa. "E agora". A senhora precisa voltar para casa. "Mas como se eu voltar para casa, ele me mata". "A'dane-se!" Ela vai para onde, para onde que ela vai?

Se nos Países desenvolvidos o Promotor Público, porque para mim primeiro Deus, depois o Poder Judiciário, sem a justiça nós não somos nada, nos Países desenvolvidos a mãe entra na Delegacia, está o Promotor Público, já está lá um Advogado, já está lá uma Psicóloga, já está lá um Assistente Social. Dr. Joel, o Senhor sabe disso. Está lá, ela recebe todas as garantias da Constituição, nos Países desenvol-

vidos. Aqui, mentira, não tem Promotor, não tem Advogado, não tem Psicóloga, não tem um Assistente Social.

Criei este projeto também, disseram que não tinham dinheiro para aplicar, fui ao gabinete de V. Exa. Deputado José Tavares. Cheguei lá e fui levar uma idéia a V. Exa. e V. Exa. me mostrou um projeto, quando V. Exa. era Secretário da Cidadania, sobre a penitenciária feminina profissionalizante. Era o seu sonho e V. Exa. não conseguiu realizar, porque faltou tempo e para a minha felicidade, no programa de governo, de S. Exa., o Governador dos novos caminhos, Jaime Lerner, se não me falha a memória, é na pág. 61, S. Exa. o Governador Jaime Lerner já colocou em prática. Isso para mim é "Internacional da Mulher".

Já colocou em prática a criação de uma penitenciária feminina profissionalizante. Meu sonho, sonho do Deputado Tavares, sonho de todos os Srs., do Deputado Ricardo Chab que tanto tem debatido no seu programa de rádio e na televisão, sonho do Deputado Algaci, sonho de todos nós, do Deputado Toti, que debateu muitas vezes naquela tribuna comigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos)

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Estou usando o horário do Bloco que foi informado.

Vou mais além. No programa de governo vai ser criada essa penitenciária profissionalizante feminina. Mas tive um projeto, pedindo a criação no meu Estado, aprovado, da penitenciária profissionalizante do Estado do Paranã. Sabe por quê? Porque o Sr. vai ao parlamento do Tribunal do Juri, o Sr. levanta na acusação, o advogado do lado de lá, na defesa, grandes debates é o Tribunal do Juri. O juri condena. Aquele que matou, estuprou, rasgou as entranhas da mulher brasileira do meu Estado. Aí o que é que acontece, Dr. Joel Coimbra? O preso é levado à penitenciária, bem vestido, tem café da manhã, pão, margarina, cafezinho com leite, almoço quentinho. As três e meia, o café da tarde, à noite o jantar e depois até o apagar das luzes uma "caxetinha". Durante o dia é o coçar, jogar bola, "caxeta", frescobol, tudo dentro da penitenciária.

Na penitenciária agrícola do nosso Estado, desafio quem me desminta, tem 800 detentos: 400 trabalham e 400 ficam jogando "caxeta" o ano inteiro.

Temos, pelo amor de Deus que criar. O meu projeto foi aprovado e vou ter que reapresentá-lo, porque o homem que estava lá dizia que não tinha dinheiro, que os meus sonhos eram de primeiro mundo. Pom-

bas! Que sonhos de primeiro mundo? Criar uma penitenciária em que o preso possa aprender a trabalhar a madeira, possa aprender a fazer uma cadeira, a arte da tipografia, possa aprender a fazer a arte de fazer um copo plástico? Isto é idéia mirabolante? Isso é idéia de primeiro mundo, é? Porque recebo da embaixada americana dezenas de videocassetes e fico ali devorando. Aprendi muito sobre as penitenciárias da Califórnia. Acho fantástico. Lá o preso sai às 6 horas da manhã, almoça, não tem recreação não, recreação é aos domingos. O preso na Califórnia trabalha das 6 da manhã às 6 da tarde. Trabalha como? Fazendo roupas, aprendendo a fazer lápis, trabalhando com carvão, fazendo carteiras escolares para o sistema educacional da Califórnia. Ele aprende a fazer concreto, a fazer muros de concreto. E o interessante: ele recebe por mês. Uma parte vai para a poupança. E lá o preso quando sai ele sai com uma carteira de trabalho, ele sai com a sua identidade, ele sai com seu CPF e sai com aquilo que o Governo americano lhe deu da poupança para que ele não pegue a máquina. Sair da penitenciária e ter que passar no gabinete do Alborghetti ou de outro e dizer: "O doutor, o seguinte. Eu vim aqui buscar algum porque eu preciso ir para Umuarama e se eu não arrumar algum..." É assim! Ele sai da penitenciária sem nada, ele não sai com identidade, ele não sai com a fotocópia nem do corpo dele!

Isso que eu queria, é isso que eu quero. São idéias! A mesma idéia que lancei sobre a Penitenciária Feminina do Paraná: me propus de comprar com meu salário - que é problema meu - 20 máquinas de costura para dar para as mulheres trabalharem, aprenderem a costurar, vender para as boutiques. Não, "Alborghetti é louco!"

Senhores, hoje, para mim, não é o Dia Internacional da Mulher. Eu que vim do ventre de uma mulher. A mulher é para ser amada. Eu não vivo sem a minha esposa, eu não vivo sem a minha mulher. Ela é minha sombra. Graças a Deus sou muito bem casado, aprendi a amar a minha esposa. Como tenho que todos os Senhores amam as suas esposas. Quero render, amanhã, uma homenagem à mulher. Não hoje. Quero render depois de amanhã uma outra homenagem à mulher, não hoje, todos os dias é Dia da Mulher.

Todos os dias, Senhores Deputados, é o Dia da Mulher Brasileira. O que falta neste País é vontade política, não nossa - dos Senhores Deputados Federais, que estão lá em Brasília, eles sim, têm o poder nas mãos de mudar a Constituição brasileira e dar igualdade: não no engodo, na sacanagem, não em época de eleição. Dar na Constituição Brasileira os direitos iguais

à mulher brasileira.

É um desabafo, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO - Ilustre Presidente Anibal Khury, Srs. Deputados.

Quero aqui me solidarizar com o pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Falar das grandes mulheres deste País, falar das mulheres importantes é muito fácil, mas descer até os corredores, descer até aquelas que limpam as privadas, ou abrem as portas, não são Deputado da categoria e da competência do nosso amigo Alborghetti que tem coragem de usar aqui o microfone desta nobre Casa para exaltá-las. O meu reconhecimento a todas as mulheres do Brasil e que todos nós possamos reconhecê-las não só no dia de hoje, mas em todos os dias.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, é de conhecimento da maioria dos Srs. que o Governo do Estado do Paraná e também e principalmente da região oeste do Paraná o problema que foi criado nos últimos dias pelo Presidente do Conselho de Educação do Estado do Paraná, Ubaldo Puppi. Lá na região oeste aonde as pessoas se mobilizaram, aonde pais de famílias lutaram por muitas décadas para conseguirem lá uma Universidade, para conseguir lá cursos que interessassem aos nossos filhos, hoje esta mesma região, uma região que progrediu, uma região que ganhou direito de ter os seus cursos superiores, hoje é bombardeada sorrateiramente pelo Sr. Presidente do Conselho de Educação do Estado, Sr. Ubaldo Puppi. Hoje temos uma preocupação muito grande no oeste do Paraná pois os vestibulares foram marcados para os dias 21, 22, 23 e 24 e este mesmo Presidente, além de bombardear usando a imprensa estadual, além de bombardear, procurando influenciar na cabeça dos seus Conselheiros, procura sorrateiramente nos prejudicar, prejudicar os interesses do futuro do oeste do Paraná, levando aos órgãos do Governo do Estado do Paraná a história de que a UNIOESTE é incompetente para instalar lá o curso de Medicina, Odontologia e Engenharia Civil.

Senhores Deputados, como é que alguém vai opinar sobre uma região, sobre uma Universidade, sobre a sua condição humana de trabalho tecnológico e também laboratorial se nem conhece a nossa região.

Por isso, Senhores Deputados, venho aqui pedir a atenção de todos os Senhores porque atitudes como esta é que levam uma região como o oeste do Paraná a pensar no separatismo. Todos somos responsáveis, mas somos responsáveis também para que o progresso seja e chegue àquela região.

Eu e mais seis Deputados que represen-

tamos o oeste do Paraná tivemos uma audiência com o Sr. Ubaldo Puppi na segunda-feira passada e além de irredutível, arrogante, mostrando a sua posição pessoal em prejudicar Cascavel e o Oeste foi muito malcriado com todos os meus colegas Deputados, dizendo que não se trataria de um assunto político, que não adiantava articular politicamente porque era uma questão técnica e muito mais do que técnica, questão pessoal e de perseguição ao oeste do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, apresento um projeto de lei para extinguir o Conselho Estadual de Educação com a seguinte justificativa: (Lê)

"Criado há mais de 30 (trinta) anos, o Conselho Estadual de Educação não vem acompanhando em suas ações a agilidade e modernidade que a sociedade educacional paranaense está a exigir de um órgão gerenciado pelo Poder Público.

As entidades educacionais que necessitam, por força da lei, de parecer para a constituição de escolas, universidades e funcionamento de cursos a serem ministrados esbarra nas excessivas exigências do Conselho, o que torna muito longa a espera, prejudicando sensivelmente milhares de alunos no Estado.

Os vícios praticados no setor educacional são tantos que até na esfera federal o Governo Central foi obrigado a tomar enérgicas medidas, extinguindo o Conselho Federal de Educação e constituindo comissão especial para aperfeiçoar e democratizar as suas atividades. (Cópia anexa das medidas provisórias nº 661 e 830)."

Por essas razões, apresentamos o presente projeto de lei, visando acabar com este órgão, hoje, tão perverso ao ensino paranaense, na expectativa de acabar de vez com os seus desmandos.

"Projeto de Lei nº

SÚMULA: Extingue o Conselho Estadual de Educação criado pela Lei nº 4.978 de 05 de dezembro de 1964 e dá outras providências.

Art. 1º - Fica extinto o Conselho Estadual de Educação, criado pela Lei nº 4.978 de 05 de dezembro de 1964.

Parágrafo Único - Ficam extintos os mandatos dos atuais membros do Conselho Estadual de Educação.

Art. 2º - Até o dia 31 de dezembro de 1995, as atribuições e competências do Conselho Estadual de Educação, serão exercidas:

I - Pelo Secretário de Estado da Educação nos graus, pré-primário, primário, médio, e ensino profissionalizante.

II - Pelo Secretário de Indústria, Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecno-

logia no grau Superior Universitário.

Art. 3º - No prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta lei, o Secretário da Indústria, Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, e o Secretário de Estado da Educação proporão ao Governador do Estado a constituição de Comissão Especial, composta de 06 (seis) membros, que será incumbida de sugerir normas para criação do Conselho Paranaense de Educação.

Art. 4º - Até 30 de setembro de 1995, o Governador do Estado proporá a Assembléia Legislativa a criação do Conselho Paranaense de Educação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,
EDGAR BUENO"

Senhor Presidente, era isso. Muito obrigado e peço o apoio e a atenção de todos os Senhores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Muito obrigado Presidente Anibal Khury, caríssimos Deputados.

Subo à Tribuna estimulado por aquilo que disse aqui o Deputado da agremiação do Partido dos Trabalhadores, o Péricles, a respeito da situação da aposentadoria dos professores aqui no nosso Estado do Paraná.

Sem entrar no mérito da discussão sobre a conveniência do fim ou não da aposentadoria especial de 25 anos para as professoras e 30 anos para os professores, creio que as professoras do Estado do Paraná caíram numa armadilha, numa situação paradoxal que fizeram com que muitas delas perdessem esse direito fundamental de aposentadoria especial. Já adianto que essa arapuca não foi cometida por nenhum Governo e muito menos pela Assembléia Legislativa.

Os professores estaduais, muitos deles estimulados pelos ganhos salariais decorrentes da ocupação da administração de escolas, como direção de escolas, supervisão educacional, orientação educacional e coordenação pedagógica, funções essas existentes nas escolas estaduais, muitos dos professores se estimularam em concorrer a esses cargos, a participar dessas atividades, achando que com isso estariam contribuindo com a escola, estariam contribuindo com o ensino público, e além disso naturalmente estariam aumentando os seus ven-

cimentos, o que é natural, todo ser humano deve buscar uma melhoria nas suas vidas, uma melhoria salarial, mal sabiam eles que ao tomarem a decisão de disputar um cargo desses, ocupar um cargo desses estavam perdendo o direito a aposentadoria especial de 25 anos.

Um parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná orienta que professores ocupantes dessas funções perdem direito a essa aposentadoria especial. Na verdade é que os professores não foram avisados desta situação, porque havia por parte de todos nós, homem público, Governo do Estado e Deputado, a certeza de que este dispositivo constitucional era incondicional.

É uma conquista uma aposentadoria especial que independe de toda e qualquer outra realidade, os professores ocupantes dessas funções continuam sendo professores e mais que isso, desempenham funções que exigem da parte deles até mesmo uma dedicação maior.

Então quero me somar a essa preocupação do Deputado Pêricles para fazer com que esta Casa fique realmente vigilante nessa questão, e que da nossa luta seja resolvida essa questão e que seja garantido esse direito constitucional dos professores se aposentarem no período estabelecido na Constituição atual, independente de ser mudado ou não, isso é uma questão de futuro, seja garantido essa aposentadoria especial de 25 anos para o professor independente da função que ele ocupa na escola.

Outra questão que ele levanta e que considero muito importante e que será objeto de uma proposta que pretendo apresentar aqui nessa Casa é essa questão do período de atividade da professora na escola. A professora que tem um padrão 20 horas aula, a professora que tem dois padrões, quarenta horas aula para uma professora é um período extremamente atenuante, desgastante para o desempenho das suas funções. Nos Países do primeiro mundo como ele colocou aqui muito bem, os professores têm um período muito grande extra aula e que conta como tempo de exercício efetivamente realizado como um período de atividades extra-curriculares porque a professora tem 20 horas aula mais à par disso ela tem que corrigir provas, preparar aula e atender alunos, e isso muitas vezes ela tem que fazer em casa, portanto a professora tem 40 horas aula além das 20, de dedicação integral em sala de aula, ela ainda leva serviço para casa e fica à disposição da escola e assim sacrifica ainda mais o seu já tão atenuante regime de trabalho, e a proposta que quero fazer aqui, torná-la uma indicação ao Secretário, talvez um projeto de lei, é para que o padrão seja diminuído em 20% do seu período.

A professora de 20 horas aula fica 16 horas em sala de aula e quatro horas exercendo atividades ligadas ao ensino, e professora de dois padrões, 40 horas aula ela fica 32 horas aula em sala de aula, ministrando aula e oito horas em atividades extra-aula.

Acho que isso vai ser uma das medidas importantes para nós melhorarmos a nossa qualidade de ensino, porque todos nós sabemos que o problema da educação pública hoje em todo esse País já não é mais de quantidade, 99,9% das nossas crianças têm sala de aula à disposição, o problema hoje é de qualidade, não vai ser uma ou duas medidas que vão resolver essa situação, é um conjunto de novas medidas que somadas vão representar a melhoria da qualidade de ensino no nosso Estado e no nosso País, questão fundamental para todos os Países que querem realmente se estabelecer como Países do primeiro mundo e ao longo prazo.

Mas a minha vinda além de estar estimulada pelo que disse o Deputado Pêricles, é para me somar ao discurso do Deputado Alborghetti, ao discurso do Deputado Edgar Bueno e trazer uma homenagem a mulher do nosso Estado, a mulher brasileira nesse Dia Internacional da Mulher.

Acho que como bem colocou o Deputado Alborghetti, não deveria existir o dia especial para a mulher, todos os dias deveriam ser dia da mulher, das minorias, mas na verdade levando em conta o breve período de tempo em que a mulher vem conquistando seu espaço na nossa sociedade, brilhantemente conquistando seu papel na sociedade, ainda é necessário marcarmos um dia especial para realmente lembrarmos o passado, não muito distante, em que a mulher não tinha direito ao voto, a mulher não podia trabalhar, e ela era realmente discriminada, não que isso ainda não tenha ocorrido, os avanços foram enormes, a mulher realmente ocupou o seu espaço na sociedade, tanto na política, na economia, na vida social e muitas vezes com mais brilhantismo que os homens.

Trago aqui um testemunho pessoal, quando fui Prefeito de Cornélio Procopio, na minha assessoria 80% dos cargos de primeiro escalão, eram mulheres, a Chefe de Gabinete, a Secretária de Finanças, Secretária da Saúde, Secretária da Educação e pude lá ter um testemunho prático da competência e brilhantismo das mulheres, não que a gente tenha que forçar a barra para dizer que a mulher merece o espaço na sociedade, ninguém deu isso a ela, a mulher vem naturalmente pelo seu trabalho, pelo seu esforço, conquistando seu espaço, conquistando seu papel e oxalá continue naturalmente engrandecer e ocupando de maneira muito natural o espaço que lhe cabe na sociedade.

Nós homens haveremos de compreender que a mulher é uma companheira, é uma batalhadora, ela tem as competências em alguns setores até muito maiores que os homens. Lembro aqui duas desse Estado que estão orgulhando a todos nós, pela sua competência, pelos cargos que ocupam, a nossa vice-Governadora Emilia Belinati e a Única Deputada que atualmente ocupa um assento nesta Casa, Deputada Irondi Pugliesi, e ao citá-las nominalmente faço assim homenagem a todas as mulheres do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Pequeno Expediente, a Mesa anuncia com satisfação a presença do Vereador Amilton José Lisboa de Itauna do Sul. O Vereador Niseu Salgueira Umeira e do PDT de Piraquara e Vereador Ulisses Alves Faria, também nos visitando e aproveito a oportunidade para convidar os Senhores Deputados pela 7.^a Festa do Carneiro, dia 12, domingo.

A Presidência anuncia a composição da Comissão e dará prazo até segunda-feira, quando então deverá ser publicada no Diário Oficial e no Diário da Assembléia as composições das Comissões e os Senhores Deputados poderão, se quiserem, apoiar ou não essa composição.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Quociente para organizar as Comissões Permanentes nas duas próximas Sessões Legislativas, conforme a composição partidária nesta data (08.03.95).

1. Comissão de Constituição e Justiça - 15 membros

PMDB	12	3,33	3
PP	10	2,77	3
PDT	10	2,77	3
PFL	06	1,66	2
PTB e PSC	06	1,66	2
PT	05	1,38	1
PSDB	03	0,83	1
PPR	02	0,55	0

2. Comissões compostas por 7 membros

- 2.1 - Comissão de Finanças;
- 2.2 - Comissão de Orçamento;
- 2.3 - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio
- 2.4 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;
- 2.5 - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;
- 2.6 - Comissão de Terras, Imigração e Colonização;
- 2.7 - Comissão de Segurança Pública;
- 2.8 - Comissão de Saúde Pública;

- 2.9 - Comissão de Redação;
- 2.10 - Comissão de Tomada de Contas;
- 2.11 - Comissão de Turismo;
- 2.12 - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;
- 2.13 - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa.

PMDB	12	1,55	2
PP	10	1,29	1
PDT	10	1,29	1
PFL	06	0,77	1
PTB e PSC	06	0,77	1
PT	05	0,64	1
PSDB	03	0,38	0
PPR	02	0,25	0

3. Comissões Especiais com 05 membros

PMDB	12	1,11	1
PP	10	0,92	1
PDT	10	0,92	1
PFL	06	0,55	1
PTB e PSC	06	0,55	1
PT	05	0,46	0
PSDB	03	0,27	0
PPR	02	0,18	0

Observações:

Art. 29 - do R. I. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

Art. 31 - do R. I. As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

Parágrafo Único - Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de Bancada.

Art. 41 do R. I. Se qualquer das Comissões Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembléia sob a Presidência do 1.^o vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e vice-Presidente da Comissão.

A organização das Comissões Permanentes poderá ser alterada desde que haja mudanças na composição partidária, obedecen-

do o critério consagrado pelo uso nesta Casa, já há algumas legislaturas, garantindo a representação proporcional prevista Constitucional e Regimentalmente.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.03.95

(a) DEPUTADO ANIBAL KHURY
Presidente

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PMDB

Titular - Luiz Claudio Romanelli
José Tavares
Toti Colaço

Suplente - José Maria Ferreira
Renato Adur
Durval Amaral

PP

Titular - Antônio Annibelli
Geraldo Cartário
Joel Coimbra

Suplente - Augustinho Zucchi
Edson Silva Lino
Duílio Genari

PDT

Titular - Walmor Trentini
Valdir Rossoni
Antônio Belinati

Suplente - Edno Guimarães
Algaci Túlio
Nelson Tureck

PFL

Titular - Carlos Simões
Basílio Zanusso
Suplente - Élio Lino Rusch
Plauto Miró Guimarães Filho

PSC/PTB

Titular - Nelson Justus
Eduardo Trevisan
Suplente - Jocelito Canto
Marcos Alves

PT

Titular - Emerson Nerone
Suplente - Florisvaldo Fier

PSDB

Titular - Beto Richa
Suplente - Cezar Silvestri

COMISSÃO DE FINANÇAS

PMDB

Titular - Orlando Pessuti
Durval Amaral
Suplente - Cleiton Kielse
Nereu Moura

PP

Titular - Albanor Gomes
Suplente - Sérgio Spada

PDT

Titular - Milton Puppio
Suplente - Edno Guimarães

PFL

Titular - Élio Lino Rusch

Suplente - Carlos Simões

PSC/PTB

Titular - Nelson Justus
Suplente - Eduardo Trevisan

PT

Titular - Florisvaldo Fier
Suplente - Ângelo Vanhoni

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PMDB

Titular - Durval Amaral
Luiz C. Romanelli
Suplente - Renato Adur
José Maria Ferreira

PP

Titular - Albanor Gomes
Suplente - Sérgio Spada

PDT

Titular - Walmor Trentini
Suplente - Edno Guimarães

PFL

Titular - Plauto Miró Guimarães Filho
Suplente - Basílio Zanusso

PSC/PTB

Titular - Nelson Justus
Suplente - Eduardo Trevisan

PT

Titular - Ângelo Vanhoni
Suplente - Emerson Nerone

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PMDB

Titular - José Maria Ferreira
Nereu Moura
Suplente - Orlando Pessuti
Toti Colaço

PP

Titular - Augustinho Zucchi
Suplente - Albanor Gomes

PDT

Titular - Edno Guimarães
Suplente - Milton Puppio

PFL

Titular - Reny Borsatto
Suplente - Plauto Miró Guimarães Filho

PSC/PTB

Titular - Eduardo Trevisan
Suplente - Luiz Carlos Alborghetti

PT

Titular - Irineu Mário Colombo
Suplente - Péricles de H. Mello

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

PMDB

Titular - José Maria Ferreira
Cleiton Kielse
Suplente - Sâmis da Silva
Ricardo Chab

PP

Titular - Geraldo Cartário

Suplente - Sérgio Spada

PDT

Titular - Milton Puppio
Suplente - Edno Guimarães

PFL

Titular - Reny Borsatto
Suplente - Carlos Simões

PSC/PTB

Titular - Marcos Alves
Suplente - Jocelito Canto

PT

Titular - Péricles de H. Mello
Suplente - Florisvaldo Fier

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PMDB

Titular - Renato Adur
Cleiton Kielse
Suplente - Nereu Moura
Luiz C. Romanelli

PP

Titular - Irondi Pugliesi
Suplente - Antônio Annibelli

PDT

Titular - Walmor Trentini
Suplente - Antônio Belinati

PFL

Titular - Basílio Zanusso
Suplente - Reny Borsatto

PSC/PTB

Titular - Eduardo Trevisan
Suplente - Marcos Alves

PT

Titular - Péricles H. Mello
Suplente - Irineu Mário Colombo

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PMDB

Titular - Nereu Moura
Toti Colaço
Suplente - Durval Amaral
Renato Adur

PP

Titular - Edson Lino
Suplente - Augustinho Zucchi

PDT

Titular - Milton Puppio
Suplente - Luiz Acorsi

PFL

Titular - Reny Borzatto
Suplente - Basílio Zanusso

PSC/PTB

Titular - Jocelito Canto
Suplente - Marcos Alves

PT

Titular - Irineu Mário Colombo
Suplente - Florisvaldo Fier

COMISSÃO SEGURANÇA PÚBLICA

PMDB

Titular - José Tavares
Ricardo Chab
Suplente - Cleiton Kielse

Sâmis da Silva

PP

Titular - Duílio Genari
Suplente - Joel Coimbra

PDT

Titular - Edno Guimarães
Suplente - Walmor Trentini

PFL

Titular - Carlos Simões
Suplente - Elio Lino Rusch

PSC/PTB

Titular - Luiz Carlos Alborghetti
Suplente - Jocelito Canto

PT

Titular - Angelo Vanhoni
Suplente - Irineu Mário Colombo

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PMDB

Titular - Sâmis da Silva
Orlando Pessuti
Suplente - Cleiton Kielse
Ricardo Chab

PP

Titular - Edson Lino
Suplente - Irondi Pugliesi

PDT

Titular - Luiz Acorsi
Suplente - Antônio Belinati

PFL

Titular - Basílio Zanusso
Suplente - Reny Borsatto

PSC/PTB

Titular - Jocelito Canto
Suplente - Eduardo Trevisan

PT

Titular - Florisvaldo Fier
Suplente - Péricles H. Mello

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PMDB

Titular - Orlando Pessuti
Durval Amaral
Suplente - José Tavares
José Maria Ferreira

PP

Titular - Joel Coimbra
Suplente - Antônio Annibelli

PDT

Titular - Walmor Trentini
Suplente - Milton Puppio

PFL

Titular - Carlos Simões
Suplente - Basílio Zanusso

PSC/PTB

Titular - Nelson Justus
Suplente - Eduardo Trevisan

PT

Titular - Péricles H. Mello
Suplente - Emerson Nerone

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PMDB

Titular - Nereu Mbura
Orlando Pessuti
Suplente - José Tavares Ferreira
José Maria Ferreira

PP

Titular - Antônio Annibelli
Suplente - Augustinho Zucchi

PDT

Titular - Luiz Acorsi
Suplente - Antônio Belinati

PFL

Titular - Plauto Miró Guimarães Filho
Suplente - Elío Lino Rush

PSC/PTB

Titular - Luiz Carlos Alborghetti
Suplente - Eduardo Trevisan

PT

Titular - Florisvaldo Fier
Suplente - Emerson Nerone

COMISSÃO DE TURISMO**PMDB**

Titular - Sâmis da Silva
Ricardo Chab
Suplente - Orlando Pessuti
Toti Colaço

PP

Titular - Sérgio Spada
Suplente - Irondi Pugliesi

PDT

Titular - Nelson Tureck
Suplente - Walmor Trentini

PFL

Titular - Elío Lino Rusch
Suplente - Carlos Simões

PSC/PTB

Titular - Jocelito Canto
Suplente - Marcos Alves

PT

Titular - Ângelo Vanhoni
Suplente - Irineu Mário Colombo

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**PMDB**

Titular - José Maria Ferreira
Cleiton Kielse
Suplente - Orlando Pessuti
Nereu Moura

PP

Titular - Irondi Pugliesi
Suplente - Geraldo Cartário

PDT

Titular - Algaci Túlio
Suplente - Edno Guimarães

PFL

Titular - Plauto Miró Guimarães Filho
Suplente - Reny Borsato

PSC/PTB

Titular - Marcos Alves
Suplente - Jocelito Canto

PT

Titular - Irineu Mário Colombo

Suplente - Ângelo Vanhoni

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO**PMDB**

Titular - José Tavares
Luiz C. Romanelli
Suplente - Cleiton Kielse
Toti Colaço

PP

Titular - Duílio Genari
Suplente - Geraldo Cartário

PDT

Titular - Antônio Belinati
Suplente - Waldir Rossoni

PFL

Titular - Elío Lino Rusch
Suplente - Plauto Miró Guimarães

PSC/PTB

Titular - Nelson Justus
Suplente - Jocelito Canto

PT

Titular - Florisvaldo Fier
Suplente - Péricles H. Mello

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não assinou, aceito contestação até segunda-feira quando será publicada essa decisão com a composição já completa das indicações dos Senhores Deputados e vou encaminhar a cada liderança, essa decisão ainda não assinada, para que os Senhores Deputados possam dar a sua palavra final.

A questão de ordem levantada pelo Deputado Caíto Quintana, a Mesa vai distribuir aos Senhores Deputados a publicação da Lei nº 8663/93 (Federal) e mais ainda a lei estadual que vai acompanhando, que rege a matéria.

Com a palavra, no Grande Expediente, o Senhor Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, primeiramente gostaria de lembrar algo que me foi dito agora: dizem que o guru não envelhece, mas sim, só troca de idade, não esquecendo e não envelhecendo, desta forma, ele acompanha o ritmo da modernização que se instala hoje nesse País, isso acontecendo, eu lhe agradeço nobre Presidente, dos 49 votos, pela oportunidade de que esse jovem Deputado possa gravar os seus pronunciamentos aqui feitos e possam acompanhar o modernismo do seu trabalho de rádio, divulgado na cidade para dar transparência aos seus atos aqui nesta Casa.

Gostaria de cumprimentar e registrar a presença aqui também do ex-vice-Prefeito e candidato a Deputado Estadual segundo suplente que foi do PDT no passado e está presente aqui lá de Ubiratan, Adilson Gonçalves Neto.

Mas Senhor Presidente e Senhores Deputados o que me traz a esta tribuna hoje,

primeiro é cumprimentar o Deputado Alborghetti, que fez aqui um belíssimo pronunciamento e que me deixou bastante contente. Já conhecia essa postura e fiquei mais feliz ao saber que o nobre Deputado luta também como eu, pelas causas mais simples nesse Paraná e a cada dia que passa nós precisamos fazer mais isso para que as pessoas mais simples sejam mais atendidas nesse Estado do Paraná e nesse Brasil. Mas qual é o papel da imprensa, nobre Deputado Alborghetti? O papel da imprensa, eu que sou radialista há onze anos e me disseram quando iniciei no rádio, de que nas veias corria o sangue de quem adora a sua profissão e o verdadeiro papel da imprensa é discutir, é debater, é questionar e é mostrar a realidade como aqui fez o nobre Deputado Alborghetti.

E pensando exatamente em tudo isso e ouvindo atentamente o seu pronunciamento que o governo passado não lhe atendeu com aquele projeto que achei sensacional e que não conhecia, mas que ouvi-lo dizer aqui, preparamos um projeto e que nós, neste Dia Internacional da Mulher, queremos submeter aos demais companheiros e a esta Casa. Este projeto faz com que a imprensa, os comunicadores, os publicitários, os jornalistas sejam premiados por esta Casa por divulgarem e por trabalharem a favor de tudo aquilo que o nobre Deputado falou aqui. Ou seja, crio aqui um projeto que institui o Prêmio de Jornalismo à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a ser outorgado pela Assembléia, anualmente, no dia 8 de março, comemorativo ao Dia da Mulher e dá outras providências.

"Fica instituído o Prêmio de Jornalismo à Assembléia Legislativa do Estado - já que o Governo não pode fazer - que será outorgado anualmente pela Assembléia ao comunicador, ao publicitário, ao jornalista que realizar matéria, em sua respectiva área, sobre a problemática da mulher na atual sociedade contemporânea."

Então esse é meu projeto e que para os efeitos desta lei, considera-se tema referente à problemática da mulher na sociedade aquele que, primeiro: tratar da condição, da cidadania da mulher afirmando seus direitos, garantias individuais e dignidade: tratar dos preconceitos da violência e da legislação discriminatória que pesa sobre a mulher; tratar da contraposição a valores que sujeitam a mulher à vida doméstica e que a subordinam à figura masculina; tratar da transformação e evolução da mulher nas suas relações de trabalho e na sociedade.

Seria esse o meu projeto. A Assembléia daria esse prêmio, onde os jornalistas ganhariam um diploma, um prêmio especial a ser instituído por esta Casa a partir do ano que vem para que os meios de comunica-

ções sociais, possam, cada vez mais, divulgar, trabalhar para que fatos como o Deputado Alborghetti citou aqui, não se repitam mais. Pelo menos no Estado do Paraná. Essa é uma proposta minha e gostaria de trazê-la a esta Casa como uma homenagem às mulheres, como uma homenagem a todas aquelas senhoras, aquelas mulheres, à nossa mãe, à nossa avó, à nossa esposa e assim por diante.

Portanto, Senhores Deputados, o meu pronunciamento tem a ver exatamente hoje, parabenizando principalmente as mulheres. Mulheres destacadas aqui, como a primeira dama do Estado Fany Lerner que já está fazendo um trabalho muito importante, ligado principalmente aos menores de rua que eu tenho uma grande admiração. A nossa Deputada Irondi, representando a nossa Assembléia. A nossa vice-Governadora, Emilia Belinati que adota uma postura exemplar: foi uma grande Parlamentar e agora é nossa vice-Governadora e isso nos honra muito. E a esposa do nosso Presidente, Dona Niva, e a todas as mulheres rendemos, aqui, nossa homenagem. É um projeto simples mas um projeto que quer discutir neste ano, para que no final do ano: os jornalistas, os radialistas, os publicitários sejam premiados pelos Estados e não só no dia, como disse o Alborghetti, se fale da mulher nesta tribuna.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Permite-me um aparte?

Acho de fundamental importância que Vossa Excelência crie esta homenagem porque não apenas só dar o Título de Cidadão Honorário, Título de Cidadão Benemérito. Acho que este Parlamento acompanhando, evoluindo, seria de fundamental importância que o projeto de Vossa Excelência chegasse a imprensa do meu Estado, não discriminando nenhum jornal, nenhuma emissora de rádio, nenhuma emissora de televisão. Isto fará com que a mulher brasileira do Paraná, não é necessário apenas darmos o título para enaltecer mulheres das classes dominantes. Este prêmio que a Assembléia daria aos homens que escrevem a imprensa do Estado do Paraná seria para todas as mulheres de todas as classes sociais, que fosse ela uma bôia-fria lá em Bela Vista do Paraíso, em Santa Margarida.

Por exemplo, permita-me Vossa Excelência, quando a Deputada Emilia Belinati, aliás, primeiro falo da Deputada Irondi, quando assumiu a Assembléia comigo, ao lado de outros companheiros, Deputado Alga-ci, outros Deputados, travamos aqui grandes debates na Constituição do Estado do Paraná.

Eu, o Deputado Pedro Tonelli, a Deputada Irondi, debatíamos, o nosso Estado, emendas que fossem de encontro ao social,

emendas que fossem de encontro a mulher violentada nos seus direitos. Colocávamos na Constituição do Estado do Paraná direitos iguais e depois que a Deputada Emilia chegou a este Parlamento, e não houve necessidade de estardalhaço, de fantasias, de carnavais, a Deputada Emilia se pautou nesta Casa de uma conduta serena. Quando ocupava a tribuna ocupava com a certeza de transmitir os seus anseios, os seus ideais e não é tanto que ela foi agraciada por Cristo, por Deus e hoje ela é vice-Governadora. Fiz uma viagem com a Deputada Emilia à Londrina, o Deputado Antonio não pôde estar presente, e não houve necessidade em Londrina de festa para receber a Deputada Emilia, ela não gosta disto. Ela chegou e ela foi cumprir a sua agenda e na sua agenda em todos os pronunciamentos da Deputada Emilia, você sentia nela que ela estava falando não como vice-Governadora, como uma mulher do Paraná, como a mulher que está preocupada com os interesses do Estado do Paraná.

Por isso, Deputado Jocelito, acho de fundamental importância esse prêmio jornalístico que a Assembléia Legislativa do meu Estado poderá dar, não a D. Niva Khury, não a Deputada Emilia, não só as outras senhoras de Deputados, mas eu quero que este prêmio que Vossa Excelência traz neste projeto seja dado, seja levado a todas as mulheres brasileiras do Estado do Paraná, Deputado Jocelito, a negra ou a branca.

É importante isto. E este projeto chegou na hora certa. Está de parabéns Vossa Excelência e volto a repetir: não é só hoje que é o dia da mulher, Deputado. A mulher tem que ser reverenciada todos os dias das nossas vidas, porque ela que fica durante nove meses com o filho no ventre, chora nove meses, como V.Exa. chorou quando era neném, eu também chorei. Então, mãe é sublime. A mulher é sublime. Está de parabéns V.Exa.

O SR. JOCELITO CANTO - Gostaria de destacar, nobre Deputado Alborghetti, que este prêmio não seria outorgado a estas pessoas importantes do Paraná que eu falei. Elas serão concebidas aos jornalistas, aos publicitários e também aos comunicadores e não a estas autoridades. Estas autoridades eu citei no final o nome dessas personalidades como pessoas importantes hoje no Dia Internacional da Mulher.

O SR. Caíto Quintana - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, no dia da mulher o Brasil inteiro reverencia a mulher brasileira, que pela sua luta, sua tenacidade, tem conquistado espaços extraordinários na

nossa sociedade. Eu quero na seqüência do Projeto de Vossa Excelência, discutir com Vossa Excelência, ou ser convencido por Vossa Excelência, porque eu noto que o próprio Deputado Alborghetti entendeu de forma errônea. Vossa Excelência está propondo aos publicitários, jornalistas, radialistas que fizerem pronunciamentos de defesa à mulher um prêmio a ser instituído e ser outorgado pela Assembléia no dia da mulher. Eu a princípio acho que a Assembléia, e Vossa Excelência poderá raciocinar sobre isso, poderia instituir um prêmio para jornalista, publicitário, radialista, homens de imprensa, a ser outorgado a ~~homem~~ comunicação e de imprensa no dia da imprensa por um trabalho amplo; porque o que a mulher menos espera no País é discriminação. E no instante que nós tivermos pela Assembléia outorgando um prêmio para radialista que se especialize exclusivamente na defesa da mulher ele está deixando um leque de outros problemas sociais que afetam a vida da mulher fora. Como o menor que pode ser homem, ou pode ser mulher; como o marginalizado que pode ser homem ou pode ser mulher. E na verdade nós estaremos usando o Dia Internacional da Mulher para prestigiar e dar uma homenagem a um radialista, que inclusive pode ser homem. Então, seria de refletir se o mais importante na Assembléia não fosse a outorga de um prêmio jornalístico aos trabalhos jornalísticos feito pela imprensa, e isso ser outorgado no dia da imprensa e não no dia Internacional da Mulher.

O SR. JOCELITO CANTO - A Assembléia Deputado Caíto só é gigante porque surgem boas idéias, e como Deputado eu concordo plenamente com a sua idéia porque eu sempre fui dessa filosofia, quando tem uma idéia melhor do que a minha ela tem que ser aprovada. Eu concordo plenamente e gostaria na seqüência de até conversarmos mais sobre o assunto, entendo como boa a sua preocupação e é assim que nós valorizamos bons projetos na Casa, quando alguém dá o primeiro passe, o segundo complementa e o terceiro faz o gol. Senhor Presidente, gostaria de agradecer esta oportunidade e mais uma vez manifestar o nosso carinho especial por todas as mulheres, e principalmente, como disse o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, pelas mães mais simples, pelas mães mais pobres, a qual eu defendo com todo carinho, aos tabalhadores, enfim, todas as mulheres.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero parabenizá-lo também pela sua idéia, afinal de contas é mais uma proposição que enaltece o trabalho da Assem-

blêia, valoriza a nossa sociedade de um modo geral. E dizer que neste exato momento o Governador Jaime Lerner está dando posse ao Conselho da Condição Feminina, que é um órgão importante na defesa, na promoção da mulher, nas posições que as mulheres ocupam. Acho que é deveras importante nós hoje também em nosso meio de comunicação enaltecermos o trabalho da mulher, da mulher lutadora, que hoje já ocupa cargos importantes não só na esfera Municipal, na defesa Estadual, na esfera Federal; mas também na iniciativa privada. São mulheres que hoje já se destacam pela sua capacidade, pela sua inteligência e acima de tudo pela disposição. Por isso, quero também, na condição de Líder do Governo, parabenizar com Vossa Excelência, com o Deputado Alborghetti e com todos aqueles que hoje neste Plenário também manifestaram o seu apoio, o seu reconhecimento, a importância da mulher na vida, como dona de casa, como empresária, como política, em todos os setores aonde já ocupam espaços importantes.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado Deputado Algaci Túlio. Senhor Presidente gostaríamos de destacar que este Projeto está aberto a emendas que possam vir, se é essa a palavra que se usa, mas está aberto a receber mais sugestões para que possamos aprimorar mais ainda e fazer com que realmente se possa homenagear os jornalistas, os publicitários, os comunicadores que defendem as mulheres desse País.

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças: PPR, PDT, PFL, PSDB, Liderança do Governo.
(Todos Declinam)

O SR. EDUARDO TREVISAN (Questão de Ordem) - Só quero tomar a liberdade de comunicar a presença do Prefeito de São Sebastião da Amoreira, Espedito Campos, está prestigiando a Sessão, e do Presidente do PTB de São Sebastião da Amoreira, Valdemar Martins Vieira. Obrigado pela presença!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa sente-se honrada com a presença dos ilustres visitantes.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Of. n° 024/95, subscrito pelo Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente, justificando sua ausência na presente sessão, por motivo de participação na reunião do Conselho Estadual de

Curitiba, quarta, em 08.03.95

Saúde, no auditório da Secretaria de Estado da Saúde. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente devidamente apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgard Bueno, constante do expediente, devidamente apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 127/94. Veto apostado ao Projeto de Lei n° 257/94, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos culturais e dá outras providências.

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões da Proposição n° 127/94.

Ofício/DTL/SAT n° 032/95.

Curitiba, 17.01.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 397/94, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, veto o Projeto de Lei n° 257/94, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a concessão de incentivo fiscal à empresa, estabelecida no Estado, que intensifique a produção cultural, através de doação ou patrocínio, na forma e nos percentuais referentes ao recolhimento do ICMS, que especifica.

Embora reconhecida a preocupação do autor, nobre Deputado Antônio Martins Anibelli, em relação à matéria, o questionado Plano de Lei não pôde merecer acolhida, em face de sua flagrante inconstitucionalidade, por afrontar as disposições do art. 155, inciso XII, letra "g", da Magna Carta Federal e as contidas na Lei Complementar Federal nº 24, de 07 de janeiro de 1975, que em seu art. 1º, Parágrafo Único, incisos III e IV, determina que as isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, assim como a concessão de créditos presumidos e quaisquer outros incentivos ou favores fiscais, com base no referido imposto, são serão concedidos nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, o que vale dizer, que tais benefícios são podem ser concedidos por deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 257/94, encontra-se publicado no D.A. nº 86, de 29.06.94).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 257, de autoria do Senhor Deputado Joem Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 258 a 260, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 262 e 264, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 263, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Encaminhe-se conforme requerido.**

Requerimento nº 265, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 266 a 268, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 269, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 270, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita às lideranças que pro-

cedam a indicação de acordo com o já formulado para a Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação o Projeto que requer a criação do Bloco Parlamentar. **Aprovado.**

Requerimento nº 271, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 272, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Neron e Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 275, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **A mesa conversará com S.Exa. e marcará data combinada.**

Requerimentos nºs 276 e 277 de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa. (As matérias acham-se publicadas no final desta ata).

Requerimento nº 281, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 243, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, pedi para discutir o requerimento do ilustre Deputado, que pede a esta Casa a indicação de um dos Parlamentares para estar presente nesta grande festa "Feira Internacional". Nós estamos no início da legislatura e não é de praxe desta Casa, indicar integrantes seus para representá-la em acontecimento de tamanha invergurada econômica, internacional ou mesmo no Estado e não me parece, não conheço critérios estabelecidos pré-determinados que o Regimento desta Casa, além que não é de nossa praxe, de quem será indicado, a comissão estaria também solicitando, não é um pedido isolado, quer dizer não sei qual a pretensão do Deputado autor do requerimento, até receba ele o meu elogio, porque o Paraná deve estar presente, vão estar vários empresários paranaenses, inclusive o Governador, mas não me parece fácil esta Casa fazer a indicação de seu integrante, até porque as Comissões não estão constituídas. Apenas uma questão de ordem e pedi especialmente porque nós estamos no início de uma legislatura, que aprovado requerimento da forma que está, sem indicação, e sem critérios, previamente, estabelecidos, esta Casa venha a fazer corriqueiramente novos requerimentos dessa forma.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Augustinho Zucchi, com a palavra.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - (Para Encaminhar). A votação Sr. Presidente, com todo respeito às colocações do nobre Deputado Basílio Zanusso.

Gostaria de justificar o Requerimento, porque nós vemos estampado hoje nas páginas do País inteiro, nos jornais, na televisão que o mal que mais assola a sociedade brasileira é o desemprego. Razão pela qual, nas últimas eleições, meus nobres Pares, nós ouvíamos da população o clamor pela causa maior da sua reivindicação que era o emprego para sua família, e o Paraná nesse particular, tem a função nesse momento muito mais do que isso, procurar alternativa num Estado produtor como é o nosso, no sentido da sua industrialização, porque se coloca sempre quando se fala em termos de Paraná, de que o nosso Estado com uma base produtiva como tem, um povo empreendedor, como é a nossa gente, tivéssemos nós um desenvolvimento industrial rápido e acentuado. Nós poderíamos proporcionar a nossa gente, essa possibilidade do emprego.

Neste momento, em que desde 1945, essa feira se realiza na cidade de Hannover, e o Estado do Paraná Senhores Deputados, é convidado especial dessa feira, e o Sr. Governador Jaime Lerner dará uma palestra na abertura do Seminário de cooperação internacional e empresarial, nessa feira. No momento em que o próprio vice-Presidente da República, viaja para representar o País nessa feira importante, e empresários do Paraná em outras vezes viajaram até esta feira, a maior do mundo no ramo, trouxeram para cá alternativas que viabilizaram empresas aqui e deram a possibilidade de emprego para a nossa gente. No momento em que mais de 600 empresários do Paraná vão por conta própria nessa feira, coordenada pela Secretaria de Indústria e Comércio, pelo Banco do Brasil, pelo Sebrae, eu acho que nós aqui, nesses microfones, nessas tribunas, através dos embates, dos debates e dos projetos, já saíram daqui alternativas que mudaram a face política, econômica e social do nosso Estado, mas como representantes da nossa população não podemos nos omitir nesse momento de estarmos presente, enquanto Poder Legislativo desse Estado, acompanhando os nossos empresários do Paraná, nesse intercâmbio cultural, de troca de informações, nesse aprendizado, a que o Estado do Paraná vai colocar lá as suas experiências empresariais, possamos, junto com os nossos empresários, trazer para o Paraná, um

alento com relação ao investimento empresarial da nossa gente. Acho que é uma solidariedade aos empresários do Paraná. Cerca de 600 estão indo e fiz este requerimento, porque fui chamado à Associação Comercial, Industrial de Pato Branco que me solicitou que acompanhássemos esses empresários nessa missão que acho muito profícua para o Estado do Paraná. Era essa a justificativa e peço aos nobres Pares desta Casa, sensíveis aos anseios populares, que nos ajudem nesse momento, aprovando esse requerimento e que o Poder Legislativo do Estado esteja representado. Obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Não quero deixar a impressão na Casa de que esse Deputado esteja manifestando-se contrariamente à aprovação do requerimento. O que eu estou levantando é uma questão de ordem. Esta Casa, integrada por 54 Parlamentares e cerca de 10 partidos políticos e as comissões permanentes ainda estão por se organizar, é um pouco temeroso a aprovação do requerimento nos termos que se encontra. O Deputado Augustinho diz que 600 empresários paranaenses estarão nessa grande Feira de Hannover, como também o Senhor Governador. O Paraná e a Assembléia Legislativa também poderão estar. Por quê não? Apenas levantei uma questão de ordem. Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Quero manifestar o meu apoio ao requerimento do Deputado porque não só o Governador Jaime Lerner estará dando uma palestra, como o Paraná estará sendo homenageado nessa feira e estando presentes os empresários paranaenses, acho que a Assembléia Legislativa deverá se fazer presente. Quanto a esta questão, quem serão essas pessoas que representarão esta Casa, acredito que numa reunião de lideranças poderá ser discutido o assunto e não somente um Deputado, mas um ou dois, representando diversas regiões do Paraná, porque não acredito que esta Casa vai negar de aprovar este requerimento, quando teremos todos os empresários do Paraná representados pelas suas associações. Mais de 500 empresários paranaenses presentes, o Governador do Paraná dando palestra, o Estado do Paraná sendo homenageado. Não é possível que o Poder Legislativo não esteja presente nesta hora. É este o posicionamento deste Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Encaminhar) - Pediria a Vossa Excelência que orientasse o Deputado se esse requerimento for aprovado, quem é que custeie a viagem do parlamentar, a passagem, refeições, hotel. Só gostaria de saber pa-

ra entender, porque eu estou com vontade de ir na Argentina também, conhecer o Mercosul. Então, gostaria de saber quem custeia, quem paga toda essa viagem?

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Para cumprimentar o Deputado Augustinho Zuchi pela feliz iniciativa, requerimento bastante inteligente; é uma feira internacional de grande conceito. E lembrando o Deputado que permanentemente nós temos feiras em várias partes do planeta terra, e dependendo do precedente que esta Casa abrir, acho que diariamente vamos ter um Deputado do Paraná ou em Moscou, Tóquio, Nova Iorque... Porque são grandes eventos e dos mais diversos.

Mas, parabenizando o Deputado, dizer que votaremos a favor desse requerimento fazendo uma ressalva: de que a despesa corra por conta do Deputado que vai nos representar neste grande evento internacional na Alemanha. Portanto, Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência fizesse a gentileza de, no momento oportuno, anotar essa ressalva nossa. Votando a favor mas a despesa correndo por conta do Deputado que nos representar. Caso contrário, Deputado, nós sofreremos um terrível desgaste porque a opinião pública não vai nos perdoar se a Assembléia patrocinar a ida de um Deputado a um evento internacional.

O SR. EDUARDO TREVISAN (Pela Ordem) - Eu me sinto obrigado a me pronunciar, porque considero a proposta do Deputado Zuchi altamente moderna, conveniente e oportuna. Uma Casa de Leis como a nossa, composta de 54 membros, representantes de um Estado tão rico e próspero, eu acho que não pode se debruçar sob discussões assim, às vezes, até pequena. Uma viagem como essa é da mais alta importância para o nosso País, para o nosso Estado e para todos nós. O mundo cada vez mais de globaliza. As ações humanas e as relações cada vez mais se aproximam. A tecnologia se moderniza. E os povos que não procurarem avançar na questão da tecnologia vão ficar para trás. E uma feira como essa é da mais alta importância. Estarão presentes o nosso Governador, empresários do nosso Estado e esta Casa de Leis não pode ficar de fora. E às vezes uma discussão sobre quem paga ou não as despesas, levando em conta que hoje uma viagem internacional muitas vezes é até mais barata do que uma viagem nacional, sendo que nós vamos deixar de participar de uma questão da mais alta relevância.

Se os Deputados me permitem aqui, hoje uma passagem aérea de ida e volta de São Paulo a Frankfurt fica em torno de 700 dólares, mais as despesas de estada, ne-

nhum Deputado vai gastar mais de 1600 a 1800 dólares para nos representar num feira como essa. Fornecer informações ao nosso Estado e trazer para cá os seus resultados. Por isto me posiciono e peço e rogo a todos os Deputados, que num momento como esse a gente pense grande, pense no mundo, pense na internacionalização, na modernização, na luta que cada um de nós tem que ter para que esta Casa pegue o bonde da história, se modernize, se informatize, se integre com o mundo para que todos nós, Deputados, possamos estar mais preparados para representarmos todos o nosso povo do Estado do Paraná. E me coloco à disposição eventualmente da Casa, para ir, se ninguém quiser. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Respondendo às Questões de Ordem dos Deputados: Basílio Zanusso, Antônio Belinati, Luiz Carlos Alborghetti e do jovem orador, Eduardo Trevisan, eu passo a decidir: Artigo 132 - Dependência de deliberação do Plenário os Requerimentos referidos nos parágrafos seguintes: parágrafo 3º serão escritos e sujeitos a apoio, discussão, só podendo ser votado com a presença da maioria dos Deputados, requerimentos sobre: Inciso 7º - autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural.

O Requerimento se enquadra regimentalmente.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, gostaria só de colocar com a discussão também e dizer o seguinte: não foi a Assembléia Legislativa do Paraná que aprovou no início, recentemente, que o Governador viaje um ou dois anos a vontade, quando quiser? Não fomos nós que aprovamos aqui no início, na primeira Sessão, a pedido do Governador, que quando houver a necessidade ele viaje? Fomos nós que autorizamos, não fomos?

Então, eu gostaria só a título de colaboração lembrar deste fato.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Queria pedir a V.Exa. mais uma orientação. Quero saber do que se trata: é uma Comissão? Quantos Deputados vão? Qual o objetivo dessa Comissão? O que esta comissão vai fazer lá? Vai representar quem? Vai discutir o quê? Quem vai pagar? É isto que nós queremos saber.

A minha questão de ordem, eu queria que V.Exa. me esclarecesse: esse requerimento é para quê? Vai um Deputado? Vai representar quem? Vai falar o quê? Ele terá voz ativa nesse Congresso?

Veja bem, o Governador Jaime Lerner já vai representando o meu Estado do Paraná, como Governador. O Deputado que for ele

vai representar este Poder Legislativo? Ele vai estar autorizado a falar em nome da Assembléia Legislativa? O que vai ser debatido lá? O que será, o que virá de proveito a ida de um Deputado deste Parlamento até lá?

E mais adiante, V.Exa. me permita, tenho certeza que V.Exa. me responderá, se aprovado ou não, quem paga as despesas?

Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento é claro e explícito: para comprar a missão empresarial com destino à Feira de Hannover, Feira Industrial de Milão, Feira Moveleira e visitas às indústrias do setor moveleiro, metal mecânico, e participação de Seminários nas cidades de Roma, Veneza, Nice e principalmente no Principado de Mônaco e Paris.

É uma viagem bastante interessante e é só um Deputado e geralmente é praxe da Casa que o Deputado autor do Requerimento é o que será encarregado de representar a Assembléia, se o requerimento for aprovado.

Devo informar, sou muito pão-duro aqui com o dinheiro da Assembléia, mas devo informar que além do Governador do Estado, os jornais noticiam hoje que vão participar dessa Feira, três Secretários de Estado.

Acho que a Assembléia, na minha opinião pessoal, sem querer influir na decisão da Assembléia, pode aprovar a ida do Deputado e nós podemos fazer - como diz o patrício - um negocinho: a Assembléia paga a metade e o Deputado paga a metade.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI (Para Encaminhar) -

Acho que aqui não vamos discutir se a Assembléia vai pagar ou não vai pagar. Acho sinceramente que do ponto de vista da importância com relação ao Estado do Paraná que está sendo homenageado nesta Feira, nós temos que ter grandeza neste momento e a minha grandeza vai além desse requerimento da forma como foi colocado para dizer o seguinte: não é descabido que a Assembléia colocasse um representante seu numa missão porque acho que o povo assim entenderia, como tenho me pautado na minha pequena vida pública até agora, mas sempre vou me pautar na ética e na dignidade, se esta Casa entender acho que poderá colocar o representante, mesmo que seja por conta própria do enviado.

Esta é a minha posição, só para complementar o requerimento que apresentei.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

- Ou se não o Líder do Governo, Deputado Algaci Tólio com todo respeito, poderia pedir ao Senhor Governador que convi-

dasse um Parlamentar desta Casa para participar da comitiva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, mas aí nós não estamos de acordo. Acho que a representação tem que ser da própria Assembléia. Eu vou submeter a votação o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Acredito o seguinte, nós aqui debatemos de forma exaustiva até um assunto, que na minha avaliação mereceria quase que uma análise muito rápida do Presidente, porque o Presidente na verdade tem condições de influir de forma decisiva nessas questões. E há de se convir o seguinte, quando se faz a coisa, se faz por inteiro. Acho que se a Assembléia delibera por enviar um representante a essa Feira, deve fazê-lo às suas expensas, e claro, todas as despesas devem correr por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 61 do Regimento Interno: "Deputado não sofrerá desconto em sua ausência se esta decorre de desempenho de missão oficial". Parágrafo Único: "As despesas feitas em razão de missão oficial a que se refere este artigo serão ressarcidas." Aí a conveniência do Plenário é que vai dizer, se for aprovado o requerimento será a base do artigo 61. Se for oportuno, eu acho que é oportuno.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Eu queria dizer ao Plenário que o ilustre Deputado Trevisan, que foi brilhante Prefeito de Cornélio Procopio, aceita a ponderação da Mesa desde que o autor do requerimento colocasse em vez de um, dois. E ele concordou em pagar a metade. Além de ser um homem ligado ao que vai ser mostrado na feira o ilustre Parlamentar Trevisan quer ainda mais, ele quer realmente levar aquela tecnologia lá mostrada a sua cidade, aonde realmente se identifica com o que tem na feira. Além de ser um bom Parlamentar, um ex-Prefeito brilhante, é um bom intérprete, fala fluentemente, escreve, e será o intérprete do Augustinho Zuchi lá na feira que irá se desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento em fase de votação não sofre emendas.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro que a votação seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. deverá encaminhar à Mesa requerimento solicitando que a votação seja nominal de

acordo com o Regimento Interno.

A Mesa vai proceder a chamada nominal, e vai se fazer o processo de votação. E aguardo o requerimento de V.Exa.

O SR. EDUARDO TREVISAN (Pela Ordem) - O Senhor me permite só uma questão. Eu apoio integralmente a proposição do Deputado Augustinho Zuchi, voto a favor da ida dele, da maneira como a Assembléia assim entender. O meu nome só se colocou porque...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento do Deputado Vanhoni para que se processe em votação nominal o Requerimento do Deputado Augustinho Zuchi.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento conservem-se como estão. Aprovado. Vai se processar a votação nominal. O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados. Senhores Deputados que estão de acordo votarão "sim", e os Deputados que não estão de acordo votarão "não".

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - (Pela Ordem) -

Fiz o requerimento, gostaria da compreensão dos companheiros Deputados, brilhantes Pares desta Casa, embasado de muita seriedade, eu recebi um convite da Associação Comercial e Industrial, e nesse sentido para que houvesse a liberação coloquei o requerimento, sentir-me-ia honrado em representar esse Poder junto com os empresários do Paraná, mas pelo que percebi houve aqui uma discussão que na minha opinião em alguns momentos se tornou imprópria para a seriedade da minha proposição, razão pela qual, com todo respeito, Sr. Presidente, e já colocado em processo de votação por V.Exa., eu retiro esse requerimento em nome da seriedade desse Parlamento, porque acho que quando se apresenta alguma coisa aqui principalmente da envergadura desse requerimento seja feito da forma mais séria possível.

Por isso, então, gostaria que fosse retirado esse requerimento para que não pairasse dúvidas sobre a intenção do nosso acompanhamento ou da representação desse Poder junto aos empresários do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não tem dúvida da seriedade do seu requerimento, e lamenta dizer que não pode ser retirado porque está na fase de votação. Segue-se a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)

- (Continua Chamada para Votação).

O SR. CAÍTO QUINTANA (Justifica o Voto) - Sr. Presidente o autor do requerimento manifestou a vontade de retirar e V.Exa. só não pode retirar por problema regimental, estar em processo de votação, mas entendendo a seriedade do Deputado Zucchi ao propor, mesmo porque não estava se preparando para ir, poderia ser qualquer companheiro deste Poder, meu voto é Sim.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Continua a Chamada para Votação).

O SR. EDUARDO TREVISAN (Justifica Voto) - Eu voto Sim. Surgiu toda essa discussão, eu quero manifestar minha confiança na seriedade da proposta do Deputado Zucchi, que realmente vai na melhor das intenções, eu sei que tudo isso gera até um constrangimento para ele, acabo eu também ficando, agradecer os companheiros que intercederam aí. Mas voto sim na proposição, na seriedade da proposição, na oportunidade e realmente na importância do representante desse Parlamento, estar presente nessa feira.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Continua a Chamada Nominal).

O SR. JOCELITO CANTO (Justifica Voto) - Que essa Casa eu não sei, a princípio não se falou se ela foi convidada oficialmente por parte dos Promotores desse evento, ninguém falou a respeito disso, mas como ninguém falou a respeito, como não houve um convite oficial, me parece a essa Casa, eu voto. Não.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Continua a Chamada Nominal).

O SR. VALDIR ROSSONI (Justifica Voto) - Para justificar meu voto Sr. Presidente, quero votar sim, mas acredito que esta Casa hoje está cometendo um erro, porque nós teremos em breve discussões de assuntos importantes na questão do MERCOSUL. Acredito que a maneira com que foi encaminhada votação, é que conduziu a que talvez nós não aproveemos essa representação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, neste evento, no qual o Paraná será homenageado, estará ausente o Poder Legislativo. Não me interessa aqui, na hora em que estou votando sim, é porque eu quero que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná esteja presente neste evento tão importante, eu quero ver o procedimento desta Casa o momento em que nós tivermos que, numa Comissão para representar o Poder Legislativo, irmos ao Uruguai, discutirmos a questão da rodovia da MERCOSUL,

como é que vai se comportar esta Casa, abrindo este precedente e teremos esta discussão em breve, porque o Ministro dos Transportes esteve na última sexta-feira em Passo Fundo, aonde será decidido a rodovia que vai integrar o MERCOSUL, e aí novamente talvez esse Poder Legislativo estará aqui discutindo de uma forma irresponsável e aí sim nós estaremos novamente ausentes de uma questão importante, que o Poder Legislativo teria que estar presente. Por isso o meu voto não é pelo dinheiro. É pela causa. Voto SIM;

Deputado Valmor Trentini - SIM

Deputado Neivo Beraldin - (Ausente)

Deputado Nelson Garcia - (Ausente)

Deputado Algaci Túlio - Sr. Presidente, voto e faço minha declaração de voto. Eu acho que é de suma importância que a Assembleia, num processo de modernização não fique fechada nas 4 paredes. O Poder Legislativo precisa se colocar fora também. Não é viagem de recreio, de que alguém não vá participar dos eventos ou vá aproveitar para fazer compras ou passear. O Deputado que vai, terá a responsabilidade de bem representar esta Assembleia. Nós vamos ter o MERCOSUL. Nós já temos o Conselho Parlamentar do Sul que tem ido a Porto Alegre, Santa Catarina e terá que ir a Livramento, ao Mato Grosso do Sul, a Buenos Aires, terá que ir em outros países e como é que vai se colocar em discussão, em votação de Plenário, se tem ou não tem que ir? A Assembleia tem que ir, sim. Nós temos que sair do doméstico ou vamos ficar aqui trancados, discutindo problemas que podem ser resolvidos de outra forma. A Assembleia libera governo, Secretários, todo o mundo para viajar. Nós amanhã seremos manchete na imprensa dizendo que a Assembleia não discutiu nada importante, mas sim a ida de um parlamentar para o exterior. Não estou condenando a imprensa. É o papel da imprensa e eu sou jornalista. É um assunto palpitante, mas poderíamos evitar esse desgaste.

Esse assunto as lideranças devem sentar com a Comissão Executiva e definir, porque a Assembleia tem que ir. A modernidade exige a nossa presença.

Saí de um almoço da EQUITEL, uma empresa que hoje completou 20 anos implantada na Cidade Industrial e lá estavam Secretários da Indústria e Comércio do Município, do Estado, empresários de importância extraordinária no contexto do Paraná e o assunto não era outro senão esta Feira na Alemanha. Vão 600 empresários do Paraná. Será a maior comitiva que estará presente. É de se perguntar: será que esses empresários vão passear, será que algum prefeito que vai, vai passear? Acho que não. Todos devem estar indo, porque

querem trazer o "Know how" de lá para colocar na sua cidade, na sua empresa. Eu acho é de importância a ida de um ou dois parlamentares. Se a Assembleia não pode custear toda a despesa, paga-se as passagens e os que vão, se viram da melhor forma possível. Voto SIM.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

- Só para deixar ciente esta Casa, como nos outros mandatos V.Exa. se comportou dessa maneira, quando o Deputado Anibelli foi Presidente também, concordo com o Deputado Algaci Túlio. Não há necessidade de trazer esse tipo de requerimento a Plenário. Há necessidade de se reunir as lideranças, junto com o Deputado Augustinho Zucchi e depois ir à Presidência e discutir se é importante ou não um representante da Assembleia Legislativa, junto com o governador do Estado, nesse grande encontro que se procederá no exterior.

(E feita a Chamada Nominal).

(Chamada Nominal)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada nominal 37 Srs. Deputados.

- Com o voto SIM - 20, com o voto NÃO - 17. APROVADO o Requerimento. A Mesa quer comunicar aos Srs. Deputados, contrariando o meu nobre e querido amigo - Luiz Carlos Martins -, que qualquer requerimento que implique em despesas de viagens em representação oficial da Assembleia, deve ser aprovado pelo plenário da Assembleia. Já adotei isso quando fui Presidente na outra vez e o critério é esse. Qualquer despesa de viagem em representação oficial, deverá e tem que ser aprovado pelo Plenário.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -

Gostaria de agradecer o apoio que recebi no requerimento e o meu maior e mais profundo respeito por aqueles que votaram não entendendo, evidentemente, essa posição. E tendo em vista a discussão que se deu aqui, pedi a V.Exa. que retirasse mas já estava em processo de votação e o senhor não pôde atender ao meu pedido. Eu gostaria de comunicar, em primeiro lugar, que deve essa Presidência discutir com os partidos para indicar o membro que vai, ficando - esta parte, de total autonomia dessa Presidência. E em segundo lugar a dispensa total e exclusiva de qualquer pagamento por parte da Assembleia. Se for eu que for, vou por custas próprias, não terá este Parlamento, sequer, um centavo de gasto com relação a esta representação que reputo da maior importância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa designa V.Exa. para ser o representan-

te oficial deste Poder na Feira e creio, temos absoluta certeza que V.Exa. terá êxito nessa representação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 09, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs. 071, 074, 082 e 088/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO EM SESSÃO DO DIA 08 DE MARÇO DE 1995.

"PRONUNCIAMENTO DE POSSE NA SUPERINTENDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA-APPA".

José Anibal Petraglia.

DISCURSO:

Excelentíssima Senhora vice-Governadora Emilia de Sales Belinati,

Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Engenheiro Deni Schwartz,

Excelentíssimas autoridades presentes, Senhoras e Senhores.

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer a honrosa convocação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Jaime Lerner, para trabalhar pelo nosso Estado, após 22 anos, dedicados à Marinha do Brasil, queremos agradecer a nossos chefes navais, sem a anuência dos quais seria impossível a nossa presença na equipe de governo que se iniciou.

Queremos agradecer a presença de todos, e em especial a minha mulher Iris, solidária incondicional e que tanta força tem transmitido ao longo da nossa jornada.

Agradecer aos nossos pais, presentes em memória, e aos irmãos exemplos de seriedade e honradez que nos induziram sempre a trilhar o mesmo caminho.

Agradecer aos nossos familiares e amigos a presença e o apoio recebido em todos os momentos.

Ao sermos chamados para tamanho desafio, ficamos inicialmente surpresos com o crédito de confiança em nós depositado e depois orgulhosos por sermos lembrados para fazermos parte desta competente equipe de governo.

Posteriormente, ao ampliarmos o conhecimento sobre as atividades da administração dos Portos de Paranaguá e Antonina,

nos vimos lançados numa circunstância que é um misto de entusiasmo e motivação pelo trabalho a ser realizado.

Chegamos esperançosos e com o espírito desarmado, a marinha nos ensinou a sermos humildes e profissionais, despojados de quaisquer ambições que não sejam, a de executar o melhor trabalho e da melhor maneira possível.

Inexiste no nosso meio qualquer tipo de apego a cargos ou funções, pois sabemos que somos transitórios e o amanhã é sempre uma incógnita.

Nada mais buscamos do que a satisfação pessoal, por um dever cumprido e um trabalho bem realizado.

O reconhecimento, quando existe, serve tão somente para complementar esta satisfação.

Jamais lutamos por algo esperando auferir lucros ou vantagens pessoais.

A nossa postura foi sempre pautada em princípios de profissionalismo com dedicação e honradez. Não pretendemos, nem queremos nos afastar deste caminho.

A importância de um porto bem estruturado, operacionalizado e com sua administração enxuta é facilmente percebida principalmente para um Estado pujante como o nosso.

Temos que ampliar nossos horizontes e passarmos a ter uma visão maior e conjunta do que representa ter um complexo portuário que seja eficiente e eficaz.

Para que isto ocorra é necessário que todas as peças da engrenagem que o contém estejam lubrificadas e dispostas de maneira tal a trabalhar com o mesmo objetivo.

A participação de todos na busca de uma administração e equipes internas e profissionais e adequadas ao que se propõe é imprescindível que ocorra.

A reengenharia e a gestão pela qualidade total aí estão para auxiliar nesta empreitada. Vamos utilizá-las em todas nossas atividades.

Estes novos tempos que se apresentam deverão contar com a participação de todos aqueles que estão envolvidos com o nosso complexo portuário.

Seja o Conselho de autoridade portuária, Conselho de Administração, o Conselho de Usuários, as autoridades Federais ligadas às atividades Portuárias, os quadros da nossa APPA e os Sindicatos que a ela estão afetos.

A existência de Sindicatos conscientes, atuantes e totalmente independentes da nossa APPA é necessária para que haja um equilíbrio na condução dos problemas, visando o melhor para o porto.

Os demais setores terão que se adaptar também para compartilhar do Projeto que o novo governo impõe. Tudo deve ser feito na maior harmonia e consenso das partes;

Deus nos deu o poder da sabedoria, do discernimento e do diálogo, para que nós, seres humanos, nos relacionássemos. Esgotaremos todos recursos em prol disto.

É impossível qualquer proposta de trabalho que prescindia do empenho e dedicação de uma equipe bem formada e motivada.

A responsabilidade é de todos, desde o trabalhador de menor nível, até os que conduzem as ações da administração. Vamos saber conduzi-las para levar a bom termo nossas propostas.

Os profissionais da Casa devem ser prestigiados, pois certamente existem muitas pessoas de bem que se dedicam e querem fazer sempre o melhor na sua área. Vamos buscar fazer com que os outros, se existirem, assumam as responsabilidades que lhes cabem.

A valorização do ser humano, existente em cada um dos profissionais e trabalhadores, tem que ser uma constante e passa pela qualidade de vida a que os seus estão submetidos.

Quando o profissional é respeitado em seu trabalho e ao mesmo tempo sente-se seguro com o apoio e respeito a sua família tem a tranqüilidade de produzir mais.

Se necessário e exeqüível serão efetuados os estudos para um novo plano de carreira para estes trabalhadores, que tenham base em méritos reconhecidos e não em tendências a apadrinhamentos menores. Que se garanta a ascensão funcional mais rápida daqueles que se dedicam.

Estamos concitando a todos de forma a se engajarem nesta empreitada. O Projeto do Governo que se iniciou é amplo e envolvente. O aumento da nossa produtividade também está atrelado ao progresso do nosso Estado. Aqueles que não atenderem a este chamado perderão a grande oportunidade de fazerem algo relevante para nosso Estado e País. Perderão um lugar na história deste Governo.

O MERCOSUL deixou de ser uma intenção para ser uma realidade. Vamos nos preparar adequadamente para enfrentarmos as transformações e evoluções que surgirão a fim de galgarmos o lugar de destaque que este complexo portuário merece.

Não podemos ficar estáticos e correr riscos de constatarmos, em função disto a movimentação dos nossos produtos serem executadas por outros portos que não os nossos.

Através de melhores serviços, a custos menores, conseguiremos a competitividade necessária. Alguns desses portos já se adequaram aos nossos tempos.

Temos a obrigação de fazer com que todos percebam a importância desta postura.

Se aumentarmos nossa produtividade desdobrará em riquezas para o Brasil, para o Paraná e para nossa Paranaguá.

Aumentando a movimentação, novos negócios surgirão, outras pessoas virão, novos interesses, novos investimentos com as conseqüentes melhorias de todos os setores.

Nossa visão não pode ficar restrita aos limites dos nossos muros. Temos que elevá-la e ampliá-la ao máximo.

Temos que olhar para o mar e perceber a amplitude do que representa ter um porto ágil, estruturado e eficaz.

Nossa visão tem que ser realmente global.

É evidente que investimentos terão que ser feitos para que possamos aumentar nosso volume movimentado; estes investimentos passam necessariamente pela iniciativa privada.

A criação de mecanismos será efetuada para atraí-los da melhor forma e no mais breve tempo possível.

O Estado tem outras prioridades e deve ser tão somente um agente fiscalizador e orientador dos rumos das nossas atividades.

A terceirização dos serviços é uma realidade positiva e polo gerador de empregos e contribuinte eficiente na ampliação da economia.

Quando a iniciativa privada sente seriedade na gestão dos bens públicos e uma postura correta no governo, não hesita em acorrer com os investimentos necessários. É isto o que os paranaenses esperam de nós: seriedade com o que lhes pertencem.

O desafio que se apresenta para o Brasil e para nós, em particular. É imenso. Temos consciência do que nos espera e daquilo que temos que fazer. E será feito!

O complexo portuário de Paranaguá e Antonina vai objetivar alcançar, num breve tempo, um lugar entre os melhores e mais eficazes do seu porte, com esta mesma equipe da APPA que hoje se complementa.

A orientação do Senhor Governador do Estado e do Senhor Secretário dos Transportes está dada e vamos todos em direção a ela.

**Portos de Paranaguá e Antonina -Paraná
Novos Caminhos**

Muito obrigado.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO, DO SR. DEPUTADO ALGACI TÓLIO, EM SESSÃO DO DIA 08 DE MARÇO DE 1995.

"PRONUNCIAMENTO DE POSSE DA PRESIDENCIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NO PARANÁ."

Sergio Marcos Prosdócimo.

Senhoras e Senhores

Nosso primeiro pensamento, nesta manhã é de profunda solidariedade com nossos irmãos japoneses. Com eles dividimos o sofrimento pela tragédia que matou milhares de pessoas e arrasou cidades. Vamos enfrentar juntos a imensa tarefa de reverter o quadro de devastação e principalmente de superar a imensa dor pelos que se foram. Sempre digo que o mundo ficou muito pequeno para outro sentimento que não o da fraternidade.

Vimos celebrar a primeira vitória efetiva, real, na luta para acelerar o desenvolvimento econômico e social do Paraná nos próximos anos: O nascimento do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Paraná, resultado concreto do Programa de Cooperação Técnica Bilateral Brasil-Japão.

O Instituto vai coordenar ações estruturais e executar ações operacionais para, a qualidade e produtividade. Em poucas palavras: Finalmente temos em mãos um instrumento eficiente para elevar a competitividade da economia e o padrão de vida da sociedade brasileira e, em particular, da paranaense.

O Instituto resulta de contribuições do Centro de Produtividade do Japão, responsável pelo suporte técnico do lado japonês, e da agência de cooperação internacional japonesa, responsável pelo suporte financeiro.

Nascido como Projeto Regional, ganhou abrangência Nacional em fevereiro de 1992, quando o Governo brasileiro, através do Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, iniciou tratativas com o Governo do Japão.

A decisão de instalar a sede Nacional do Projeto no Paraná surgiu em setembro de 1993, graças ao trabalho e dedicação do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira. O Ministro José Eduardo é um grande paranaense e, sobretudo, um homem público de largo descortínio, que conhece a importância vital dos avanços em qualidade e produtividade num mundo onde a competição é cada vez maior.

É de justiça registrar o trabalho infatigável do Deputado Antonio Ueno, que se empenhou profundamente pelo acordo Brasil-Japão.

A Coordenação Nacional deste bem sucedido Projeto é também do Sebrae, parceiro na composição dos recursos correspondentes à contrapartida brasileira.

O Brasil deve muito ao Sebrae, que instigou milhares de pessoas à aventura empresarial, e que assegura a esses brasileiros apoio para que sejam bem sucedidos, graças à orientação de Guilherme Afif Domingos, um democrata, um homem de empresa e, principalmente, um vitorioso defensor

do mercado e da livre iniciativa.

É importante salientar a essencial contribuição da Prefeitura de Curitiba ao Instituto. Cedeu a sede provisória, na Universidade Livre do Meio Ambiente, e está construindo a definitiva, no Parque do Bacacheri. A decisão de Rafael Greca comprova que a Capital Paranaense é governada com lucidez e competência por alguém capaz de avaliar os lucros sociais deste empreendimento agora e no longo prazo. E que o Prefeito Greca tem um abalizado interlocutor para discutir questões do desenvolvimento o vice-Prefeito José Carlos Gomes Carvalho.

Esperamos muito, nos próximos meses, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, dirigido com competência pela Ministra Dorothea Werneck. Amiga do Paraná há muitos anos, a Ministra Dorothea é uma das pessoas que acredita que o amanhã da Pátria está ligado ao amanhã de cada Brasileiro e de cada empresa instalada no Brasil.

Desejo me referir especialmente ao Governador Jaime Lerner, um amigo e um operário da idéia.

Este Governo nasceu sob o signo da criatividade. E não há nada mais criativo do que transformar o perfil econômico e social de um grande Estado. Isso significa empresas em expansão e oferta de bons empregos. Estou certo de que Jaime Lerner vai usar o Instituto como alavanca dessa Grande Mudança.

Devemos a eficiência das atuais e futuras ações do IBQP-Paraná ao empenho da Comissão de Constituição, liderada pelo então Secretário de Indústria e Comércio do Paraná, Jorge Aloysio Weber, do Grupo Executivo, Chefiado pelo vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Keizo Assahida.

Será decisivo para o êxito deste empreendimento o apoio das entidades sindicais que representam o trabalho e o capital e de outras entidades que representam a sociedade organizada.

Será da maior valia a participação de sindicatos de trabalhadores com idéias claras e novas. A soma sempre é melhor do que o confronto.

Particularmente importante será a adesão dos setores ligados à Educação, do Primeiro Grau à Universidade. A educação é um processo bastante difícil em qualquer circunstância porque o esforço educacional é basicamente uma manifestação de esperança por parte do estudante.

No Brasil, o estudante precisa ser ainda mais esperançoso do que em países de desenvolvimento consolidado.

Por isso devemos pedir a cada aluno que confie no Projeto que estamos desenvolvendo e que se destina a banir das

aulas e palestras a palavra impossível.

O sucesso do Instituto depende essencialmente do empresariado. E o empresário tem que vibrar em ritmo de Brasil Moderno.

Sei que meus companheiros da Indústria, da Agricultura, do Comércio e do Setor de Serviços preocupam-se com pesquisa e Desenvolvimento, com métodos de Gestão e com Ganhos de Produtividade. Mas, neste momento, preocupar-se não é o bastante. Necessitamos da adesão absoluta, do apoio total.

Nos próximos cinco anos, tempo de duração do Projeto de Cooperação com o Japão, temos a possibilidade única de efetuar mudanças profundas no setor produtivo, mudanças que vão melhorar a vida de milhões de brasileiros.

Mas as mudanças só virão pela vontade de todos - uma vontade firme, que se coloque acima de qualquer dúvida ou incerteza.

Plantamos uma semente que germinou. Mas não podemos tirar a pequena planta da terra todo dia para ver se as raízes estão crescendo, sob pena de matá-la.

Por isso, conclamo cada empresário a acreditar no crescimento das raízes porque acreditamos que nosso País tem amanhã e que nossos filhos terão um horizonte de trabalho e felicidade maior e melhor que o nosso.

O grande salto que a Inglaterra deu sobre seu atraso foi promovido pela máquina a vapor e o carvão.

O grande salto que os Estados Unidos deram em relação à Europa foi promovido pela Eletricidade e o Petróleo.

O grande salto do Japão veio da qualidade e da produtividade.

O grande salto brasileiro nascerá da vontade nacional porque o resto já temos ou estamos em condições de possuir Petróleo, Eletricidade, recursos minerais abundantes, extensões quase ilimitadas de terras próprias para a agricultura, Universidades, Capitais, Ideais.

Falta divulgar pelo País um décimo primeiro mandamento:

Não ter medo.

Não ter medo de investir em educação.

Não ter medo de alterar tradicionais processos e tecnologias de produção.

Não ter medo de errar e começar de novo.

Não ter medo da competição, mas alimentar-se dela.

E, finalmente, não ter medo da velocidade do Mundo. O sentimento de urgência e a rapidez de decisão são condições essenciais para vencer aquilo que chamamos de Crise Nacional, mas que não é senão sinal da pujante vitalidade que habita os campos, as cidades, e o coração de cada brasileiro.

Obrigado.

EDITAL DE CHAMAMENTO
COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA N° 025/94-DG

O Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Portaria n° 025/94, da Diretoria Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 320, § 2º, da Lei 6.174/70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), diante da impossibilidade de citação.

CITA e CHAMA a funcionária do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Cintia Aparecida Pulner, em Processo Disciplinar por Infringência ao Art. 293, inciso V, letra "b", da Lei acima enumerada ABANDONO DE CARGO para apresentar defesa no prazo de dez dias, a contar da última publicação do presente Edital de Chamamento, sendo-lhe facultada vista do processo, durante decorrência do prazo acima, na dependência onde funciona a Comissão de Processo Disciplinar (COORDENADORIA DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL).

Publique-se, na forma da Lei.

Curitiba, de fevereiro de 1995

(a) ANTONIO LOPES

Presidente da Comissão